Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ALEXANDRE PIRES

STUDIUM

Universidade, Ciências Sociais e Inovação Intelectual

(Versão Original 2018)

Versão Corrigida

São Paulo

2020

Alexandre Lucas Pires

Studium: universidade, ciências sociais e inovação intelectual

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia.
Área de Concentração: Sociologia da Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Miceli Pessoa de Barros.

Versão Corrigida

*Versão Original (2018) Disponível na
Biblioteca “Florestan Fernandes” da FFLCH-USP e na
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da USP*

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P667s Pires, Alexandre [Lucas]
 Studium: universidade, ciências sociais e
 inovação intelectual/ Alexandre [Lucas] Pires ;
 orientador Sergio Miceli [Pessoa de Barros]. -
 São Paulo, 2018. [Corrigida, 2020]
 195 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Sociologia. Área de concentração:
 Sociologia.

 1. Sociologia. 2. Universidade. 3. Ciências
 Sociais. 4. Inovação. 5. Intelectualidade. I. Miceli
 [Pessoa de Barros], Sergio, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): ALEXANDRE LUCAS PIRES _____

Data da defesa: 28/02/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): SERGIO MICELI PESSÔA DE BARROS _____

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 31/01/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

ALEXANDRE PIRES

Studium: universidade, ciências sociais e inovação intelectual

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia da Cultura. Orientador: Prof. Dr. Sergio Miceli Pessoa de Barros.

Aprovado em 28 de fevereiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sergio Miceli Pêssoa de Barros, USP

Prof. Dr. Fernando Antonio Pinheiro Filho, USP

Profa. Dra. Maria José de Rezende, UEL

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa, UNICAMP

Profa. Dra. Maria Conceição da Costa, UNICAMP

DEDICATÓRIA

A Dona Esperança, minha avó,
que não viu o fim desta jornada,
mas apoiou muito de seus passos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a confiança e a compreensão de meu orientador, Prof. Sergio Miceli, a quem sou imensamente grato.

Meu pai e minha mãe, Sebastião e Maria, tudo é por eles e tudo para eles.

Ricardo e Rodrigo, meus irmãos, são o sentimento de fraternidade e irmandade em carne e osso.

Citar amigos e colegas importantes é sempre um exercício de injustiça, ainda que escusável, mas alguns tenho de nomear.

Agradeço o convívio caloroso e inteligente que tive e tenho com Lucas Azambuja, Pablo Silva, Eugenio Braga e Milene Suzano, amigos de longa data e de valor incomensurável.

Agradeço também aos colegas, que dispensaram a mim a gentileza acadêmica e conversas instigantes, e também boas rodadas de comidas e bebidas: Frederico Barros, Eduardo Dimitrov, Maíra Volpe e Lidiane Rodrigues.

Alguns professores me marcaram por uma combinação de exemplo de rigor acadêmico e de generosidade intelectual, tudo envolto em muito afeto fraternal: Profa. Heloisa Pontes, Profa. Maria José de Rezende, Prof. Benilson Borinelli, Prof. Fernando Pinheiro, Prof. Luiz Jackson, Prof. Bráslvio Sallum, e Prof. Sérgio Adorno.

Gostaria de agradecer aos colegas funcionários do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, sem eles teria sido muito difícil conciliar as tarefas docentes que assumi ali com os afazeres e as atividades do doutoramento: Leci, Érica, José Antonio e Raphael.

E também agradeço à equipe da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que muito me ajudaram: Angela, Gustavo e Evania.

Muitas outras pessoas povoam minhas memórias desses anos de doutoramento, a lembrança delas e as vivências que me proporcionaram são objetos da minha mais profunda gratidão.

RESUMO

Studium: universidade, ciências sociais e inovação intelectual

Esta tese é um estudo teórico e histórico da universidade e das ciências sociais. A investigação teórica procura conceituar e definir sociologicamente a universidade a partir da historiografia disponível. A investigação histórica descreve e analisa o desenvolvimento da universidade com o estudo do caso das ciências sociais brasileiras e o estudo do interesse dos cientistas sociais pela causa do meio ambiente. O ensaio de teoria da universidade resulta no conceito de studium e os esboços de história das ciências sociais e dos cientistas sociais resulta nos conceitos de inovação institucional e inovação intelectual. A conclusão é que o desenvolvimento da universidade e de suas disciplinas e de seus assuntos estão condicionados pelos aspectos não-educacionais e extra-educacionais da universidade. O conceito de studium opera a ruptura analítica com o enquadramento educacional da universidade, abrindo caminho para a descrição e a explicação das condicionantes sociológicas da inovação intelectual e inovação institucional na universidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Sociologia; Universidade; Ciências Sociais; Inovação; Intelectualidade.

ABSTRACT

Studium: essays on university, social sciences and intellectual innovation

This doctoral thesis is a theoretical and historical research on university and social sciences. Its theoretical programme conceptualised and defined sociologically the usage of word university elaborating on the university literature written by historians. And its historical programme intended to illustrate the evolution of university by brief case-studies of social-science institutional advancement and social-scientist intellectual endeavours in Brazil. The attempted conceptualisation of university brought forth a sociological definition of studium. The short introductions to historical scenes where social sciences and their scholars performed this academic activity bridged the gap between theory and history through the evolutionary concepts of institutional innovation and intellectual innovation. The research findings on the growth and unfolding of university and its set of disciplines and subjects disclosed the non-educational, extra-educational rules and incentives of processes occurring at the modern learning institutions par excellence, the national universities. Studium is the concept able to realise a sociological turning of the established educational framing of research on university. It redesigned and refitted the very useful concepts of intellectual and institutional innovation to sociology's purpose of inquiring the rich history of the most western institution, the university.

KEYWORDS:

Sociology; University; Social Sciences; Innovation; Intelligentsia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

I CAPÍTULO. UNIVERSIDADE 25

II CAPÍTULO. ESTADO E DESENVOLVIMENTO 53

III CAPÍTULO. GRANDES PROJETOS E PROBLEMAS NACIONAIS 71

IV CAPÍTULO. ESTADO E UNIVERSIDADE 92

V CAPÍTULO. CIÊNCIAS SOCIAIS E SUAS INOVAÇÕES 109

VI CAPÍTULO. FRONTEIRA DISCIPLINAR E SUA ADUANA 135

CONCLUSÃO 157

REFERÊNCIAS 163

INTRODUÇÃO

Esta tese de sociologia versa sobre universidade e ciências sociais. São assuntos que trazem dados, materiais e literaturas variados em escala histórica, volume bibliográfico e localização geográfica. Ainda que seja uma platitudo anotar que o tempo é curto para trilhar exaustivamente certas aventuras intelectuais, o estudo desses dois assuntos já extrapolou o tempo que se reserva a consecução de um doutoramento, nem um para cada seria suficiente para rematá-los sociologicamente. Mas uma das características mais marcantes da universidade é ela ser uma tecnologia social para a consecução, plena ou parcial, de projetos intelectuais. Essa grande invenção humana denominada prazo, mecanismo essencial para o bom funcionamento da organização universitária e também dos universitários, faz com que entregue o texto da tese para que se encerre o ciclo doutoral, tão prazeroso intelectualmente,

mas mentalmente gravoso. O prazo se cumpre, mas o trabalho não se encerra, haverá oportunidade, oxalá, de corrigir este texto original e deixá-lo mais perto da forma definitiva que havia projetado anos atrás, mas que ficava, a cada nova escavação na história da universidade e das ciências sociais, com contornos menos nítidos e dimensão mais modesta e abreviada.

As ciências sociais é uma disciplina intelectual que nasce na universidade. São raros os precursores da disciplina ou seus pais fundadores que não eram professores em universidades ou que não receberam formação universitária. Por ser disciplina que ganha seus contornos típicos ao longo do século XIX, as ciências sociais se desenvolvem já na universidade moderna, e na universidade moderna nacional, quer dizer, na universidade regida ou mantida por um estado-nação. A universidade de hoje, a do século XIX, ainda é uma universidade nacional. Essa “coetaneidade” da história das

ciências sociais com história contemporânea permite (até mesmo autoriza) muitas soluções de continuidade, e certamente não obriga que se recue historicamente para períodos pré-nacionais, ou para antes do século XIX, ou mesmo para antes do século XX. Mas conforme minha pesquisa avançou, ainda que a passos lentos, mais em direção a uma sociologia calcada na história da universidade e da universidade nacional e menos em uma sociologia calcada na história das ciências sociais nacionais, as deficiências conceituais e teóricas de universidade exigiram que eu fizesse parte de um trabalho que erroneamente supunha já bastante adiantado pela academia.

A historiografia e a paleografia sobre a universidade é primorosa, sendo difícil não encontrar até mesmo muitas publicações tipográficas de manuscritos medievais, com glosas refinadas, muitas dessas glosas postas em forma de livros avulsos e literariamente independentes. Contudo, o

burilamento sociológico desse material histórico não é algo que encontrei sistematizado, e muito disso é feito pelos próprios historiadores e paleógrafos. No fim, a universidade enquanto fato sociológico e conceito teórico de sociologia é uma dentre tantas empreitas que convida a dedicação dos sociólogos.

Talcott Parsons escreveu um livro sobre a universidade americana, dentro da visão de teoria que esposava. Fui lê-lo após a generosa sugestão de um dos leitores de uma das várias versões anteriores desta tese, que havia ficado surpreso ao ouvir-me defender que não havia algo que seria apropriado chamar de teoria de universidade. Busquei Parsons (1973) e, depois de esquadrihar seu livro, fiquei surpreso como ele era um bom exemplo dessa sorte de *ceteris paribus* teórico-histórico. Parsons pode escrever sobre uma das universidades nacionais mais importantes do século XX, a americana, tendo de recuar de cronologicamente poucas décadas dentro do próprio país e tendo de cruzar o atlântico para fazer algumas

menções perfuntórias sobre as três universidades nacionais mais importantes do século XIX: a britânica, a francesa e a alemã. A universidade alemã ganha mais destaque, dada a vivência alemã de Parsons e a influência que o modelo humboldtiano exerceu nas outras universidades nacionais, especialmente na americana. Porém, Parsons nem sequer menciona a universidade moderna absolutista, ou a universidade medieval. Ainda que para Parsons faça todo o sentido essa postura sobre assunto, pois ele encaixa a universidade (a escola superior, o ensino superior etc.) com grande facilidade em sua teoria do sistema social, não é uma postura investigativa aceitável dentro do que sabe hoje sobre a história da universidade e sua dispersão pelo mundo. (É inegável que a educação universitária fornece um excelente material indiciário a respeito de dois assuntos clássicos das ciências sociais: a estratificação e a integração. Veja-se o primeiro capítulo desta tese.)

Naturalmente, não tenho a pretensão de preencher essa lacuna e outras a respeito do estudo da universidade, nem intento com isso indicar que os estudos sobre universidade são defectivos em razão dessa ou daquela solução de continuidade ou artifício metodológico. O ponto destas considerações iniciais é destacar que os meus estudos iniciais sobre o desenvolvimento e a organização das iniciativas intelectuais dos cientistas sociais me levou a investigar a hipótese de que esses processos de inovação, (termo usado aqui sem nenhum carácter valorativo ou apreciativo,) que modificam o repertório da disciplina em um certo momento e até mesmo sua divisão departamental ou seu orçamento financeiro, poderiam ter a ver com alguma dimensão da universidade, que poderia estar a escapar-me em razão da predominância da visão dos estudos de educação ao tratar da universidade.

A tese, portanto, começa pelo fim, pois o primeiro capítulo é o ponto de chegada da investigação que empreendi. O ensaio de

teoria de universidade que alinhavo no capítulo inicial é uma tentativa de estudo da universidade sem tomá-la tão somente como uma criação humana que serve ensino, seja escola de profissões (liberais) seja escola de elites ou para elites, etc. Para escapar da visão educacional de universidade, tento conceituar sociologicamente a universidade como studium, aspecto da universidade que se torna mais e mais invisível com o surgimento e crescimento dos estados-nação.

Nos capítulos seguintes, descrevo e discuto a sociologia e a história que embasam minhas investigações sobre a universidade, as ciências sociais e suas inovações. Os capítulos se debruçam sobre a agenda intelectual do estado vis-à-vis a agenda da universidade, revelando que seria limitado dizer que o estado e os governos de turno serem capazes de dirigir e pautar as iniciativas intelectuais dos acadêmicos. São capítulos de descrição e análise do desenvolvimento das ciências sociais e suas inovações

institucionais e intelectuais. No capítulo final, retomo o estudo de caso sobre o engajamento intelectual dos cientistas sociais com a questão ambiental, especialmente nos anos de 1980. Na conclusão, mais que fazer uma resenha dos capítulos, tento fazer uma síntese do argumento, que vejo como a melhor maneira de encerrar, ainda que provisória e momentaneamente, uma tentativa de estudo teórico da universidade, calcado em esboços de história das ciências sociais e suas inovações.

I CAPÍTULO. UNIVERSIDADE

1. Introdução

A universidade é uma invenção humana com enorme plasticidade social. Os documentos da universidade medieval revelam em menos de um século de registros o crescimento de atividades e associações que se amalgamavam sob os regramentos universitários. Essa plasticidade continuou presente na universidade moderna, tanto pré-nacional, quanto nacional, como se vê em sua bem sucedida absorção da filosofia natural moderna, dos teatros de anatomia, dos laboratórios de ciência natural, depois, da estatística social, da economia política, entre outras disciplinas e atividades científicas. Tantos desenvolvimentos e processos sociais vieram a enfeixar-se na universidade, que suas características próprias, primevas, se confundiram com esses adendos posteriores, epifenomênicos.

Nas linhas a seguir, arrisco uma digressão sobre a universidade a partir dos três elementos que se unem naquilo que se denominou universidade em sua origem. Defendo que o traço essencial da universidade é um desses elementos, que chamo studium. O studium seria aqui o regramento que se desenvolveu ao longo dos séculos e foi sendo soterrado enquanto elemento definidor da universidade, mas que a mim se mostrou mais adequado para uma conceituação sociológica, superior as conceituações historiográficas, pouco capazes de dar conta da universidade dentro de uma sociologia de processos e desenvolvimentos. As inovações intelectuais e institucionais que estudei se mostraram mais inteligíveis fora dos processos de desenvolvimento educacional que ocorrem na universidade (ensino, profissões, elites etc.). Uma teoria da universidade enquanto sociologia teórica do studium traz à tona que focos de atenção intelectual, (por exemplo, meio ambiente,) de grupos de intelectuais, (por exemplo, cientistas sociais professores universitários,) pouco tem a ver com o

desenvolvimento do ensino, das profissões ou das elites, ainda que ex post facto esses cientistas sociais se esforcem para rotinizar esses focos intelectuais via sua institucionalização e organização em currículos, certificados ou carreiras de estado.

2. Noções de Universidade

A universidade em sua origem medieval está alicerçada nas noções jurídicas de *universitas*, *traditio* e *studium*. A convenção jurídica que as definia na Europa medieval era aquela presente no Código Romano reavivado, como se dá a ver Adolf Berger, em seu *Roman Law*.

A *universitas*, ou corporação de ofício, se desenvolveu na forma econômico-jurídica dos negócios nas cidades medievais e pré-modernas.

A *traditio*, pelo verbo *tradere*, era uma forma de distinguir aqueles que preparavam (*praeceptores*) para o exercício de

profissões liberais daqueles que as exerciam (agrimensor, médicos, arquitetos, jurisconsultos etc.).

O studium é uma noção jurídica que indica três situações. A pessoa está em ausência (studium) com motivo (studiorum causa) para querelas judiciais. Está com presença em outro lugar, residência (studium), mas sem o gozo dos direitos locais, sem pertença (domicilium) em outra cidade (o Código tem Roma como lugar típico desta situação). E faculta uma irresponsabilidade do filho (exceptio) diante do empréstimo feito pelo pai para cobrir noutra cidade (studium) as despesas do filho.

Graças ao reavivamento do direito romano, combinado com o espraçamento do regime notarial de palácios e monastérios para cidades e catedrais, os institutos jurídicos universitas, traditio e studium, que conformavam a universidade medieval, ficaram registrados em variados e dispersos arquivos notariais.

3. História da Universidade

A publicação tipográfica dos manuscritos, (estatutos, histórias institucionais, matriculas, chartularia, munimenta,) empreendido por paleógrafos entre os séculos XIX e XX, pôs a disposição de historiadores os arquivos relativos às universidades medievais.

A obra-prima de tamanho esforço paleográfico foi realizada pelo padre Heinrich Denifle, com o auxílio de Émile Chatelain, o *Chartularium Universitatis Parisiensis*, de 1889 e 1891.

Sem a mesma envergadura, refino e exaustividade, um pouco antes, em 1868, os *Munimenta Academica*, do reverendo Henry Anstey, a respeito de Oxford, foi publicado.

Entre 1909 e 1921, são publicados os volumes do *Chartularium Studii Bononiensis*, obra coletiva administrada pela *Comissione Per La Storia Dell' Università Di Bologna*.

Entre tantos, os livros paleográficos do pe. Denifle, do rev. Anstey e da *Comissione* versam sobre as três universidades

datadas como as mais antigas, (Bolonha, Paris, Oxford,) mas cada qual com sua ênfase e escopo.

O Chartularium de Bolonha é catalográfico e transcreve todos os arquivos antigos relativos a universidade (contratos de locação, compra e venda, casamento, quitação, empréstimos, doações, dotes, prisões, sentenças etc.).

Os Munimenta de Oxford é um pouco mais pitoresco e seleciona registros que trazem cenas da vida universitária medieval.

O Chartularium de Paris é uma referência da paleografia a serviço da investigação historiográfica, ali se encontram documentos selecionados e publicados em razão de critérios de relevância e significação histórica, minuciosamente ordenados cronologicamente. (Não por acaso o Chartularium de Denifle está entre os títulos da Cambridge Library Collection, que mantém em catálogo livros raros de grande valor acadêmico.)

Durante a efervescência da paleografia sobre a universidade, dois livros de história da universidade medieval poderiam ser destacados como referências recorrentes nos livros posteriores, o livro que conta as origens das universidades medievais do pe. Denifle, que precede seu *Chatularium*, e o livro de Rashdall Hastings, que tem o livro de Denifle como modelo e ponto de partido, ainda que pretende ir além em escopo, abarcando não só as origens das universidades medievais, mas também a história de sua constituição, sua organização e seu funcionamento.

O prestígio das histórias do pe. Denifle e de Rashdall é atestado pela deferência e inspiração anotados pelo historiador Walter Rüegg na enorme coleção dirigida por ele sobre a história da universidade na Europa, que abrange do período medieval ao contemporâneo.

Pelas convenções da escrita da história muito do esforço intelectual recai nas tarefas de datação, localização,

classificação, ordenação e composição das informações depreendidas do material historiográfico (documenta e monumental) coligidos e disponíveis, transformando-os assim em sequência, série monográfica.

Naturalmente, um esquema da monografia histórica não a esgota, serve sim para in broad strokes distingui-la do estudo de sociologia, que está na vizinhança acadêmica e erudita, e muitas vezes se vale das mesmas fontes, e mesmo das próprias monografias históricas enquanto fontes, como se faz aqui com intenção introdutória.

4. Sociologia da Universidade

Um apanhado dos estudos sociológicos sobre a universidade mostra duas convenções de escrita principais, os estudos de estratificação e os estudos de integração em torno da universidade nacional, quer dizer, a universidade enquanto elemento constitutivo de um estado-nação.

A atividade educacional da universidade e a extração fidalga dos matriculados desde o período medieval ao moderno, sem surpresa, convidam a sociologia a fazer questões de estratificação e integração, algo presente em autores caros à sociologia já no século XIX. Émile Durkheim escreve seu arrazoado sobre a educação na França com vistas a demonstrar que as várias feições que a educação assumiu na França, das origens medievais às reformas republicanas, tinham relação com o que estava em curso na sociedade francesa. Também Karl Marx, em toda sua economia política da Grã-Bretanha, ao criticar os economistas políticos britânicos fez várias alusões às universidades britânicas (Glasgow, Edimburgh, Oxford, Cambridge) como sendo elas fortalezas das tropas edulcorantes dos interesses burgueses, ao passo que nos Blue Books os nobres que os elaboravam para as comissões parlamentares não escondiam a desaprovação com que viam as condições de vida nas cidades fabris britânicas.

Integração e estratificação vertebram estudos entre autores tão divergentes quanto Talcott Parsons, numa monografia sobre a universidade americana, inspirada em sua abstração sistêmica, e C. Wright Mills, em seus ensaios sobre a elite e a classe média americanas.

A sociologia da educação francesa empreendida por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron se impôs a tarefa explícita de fundir numa única questão as problemáticas da integração de Durkheim com a da estratificação de Marx. Projeto intelectual que Bourdieu levou adiante por duas décadas, após o desembarque de Passeron.

O estudioso das universidades nacionais, não raro, tenta compor um texto que esteja dentro das duas convenções, a de historiador e a de sociólogo. Portanto, além das tarefas de organizar o material arquivístico, de conceber uma ordenação lógica consistente, a essas ainda acrescenta as tarefas de transformar aqueles dados em informações com validade até

mesmo estatística e também de vincular aqueles dados à história de uma cidade, de uma província ou estado e mesmo à história da nação (a universidade prussiana do século XIX é tratada pacificamente como elemento central da unificação dos estados germânicos em uma estado-nação alemão, geradora de uma burguesia por letramento e erudição e de uma língua nacional forjada nos bancos universitários e não no uso familiar).

5. Teoria da Universidade

Sem entrar em digressões epistemológicas, não há erro em dizer que tanto a história quanto a sociologia esposam teorias da universidade.

A história conta com duas teorias da universidade. A história comparada afirma que a universidade surge na Europa. A história europeia afirma que a universidade surge no período medieval. Entre os excepcionalismos europeus defendidos pelos historiadores, a “revolução universitária” seria um entre

os feitos europeus, um traço essencial para a “invenção da Europa.” A origem européia da universidade abre a coleção historiográfica de maior fôlego publicada em fins do século XX, *History of University in Europe* (conduzida por Walter Rüegg, em colaboração com Hilde de Ridder-Symoens).

Novamente, sem entrar em digressões epistemológicas, uma teoria histórica é sempre um esforço de aproximação de histórias elaboradas separadamente pelos estudiosos. A teoria histórica da universidade mobiliza e articula as histórias das universidades medievais, da igreja, do latim, da cidade, do cisma católico-ortodoxo, do feudalismo, de Carlos Grande, das ordens mendicantes, dos monastérios, das catedrais, do direito romano e canônico, entre outras, para corroborar a asserção do excepcionalismo universitário europeu.

A sociologia emprega por convenção uma terminologia menos vernacular e mais técnica em seus estudos, o que felizmente

não é suficiente para ocultar os laços dos estudos sociológicos com a história e a filosofia.

Os estudos de integração são inspirados nos livros sobre a religião europeia, o cristianismo. A universidade (junto com outros meios de educação da nação) é abstraída analiticamente como o meio (secular) de integração (coesão social) dos estados-nações, à semelhança da igreja (o cristianismo e seus instrumentos de ação) para o antigo regime, o regime de privilégio.

Os estudos de estratificação são inspirados nos livros sobre a ordem europeia, os três estados (classes) dos reinos europeus. A universidade nos estados-nações cria hierarquias e privilégios por meio do diploma à maneira da hierarquização criada pelos títulos de nobreza e pelas ordenações sacerdotais nos reinos do antigo regime.

As teorias da sociologia sobre a universidade se inscrevem numa história das teorias de sociedade, quer dizer, teorias

sobre as razões e os fatores que mantêm populações associados no espaço e no tempo. As teorias da universidade que se relacionam com as teorias da sociedade são as de ordem mais geral, mas há outras que tratam de aspectos mais particulares da universidade e sua relação com o mundo extra-muros.

As teorias mais específicas sobre a universidade elaboradas pela sociologia estão relacionadas a outros aspectos da modernidade: a ciência, a literatura, a tecnologia, a alfabetização, a industrialização, a urbanização, a secularização, a profissionalização, a burocratização etc.

A sociologia é uma atividade acadêmica bastante diversa, e os focos de interesse intelectual dos sociólogos não encontram muitas barreiras de convenção ou de organização para serem explorados, portanto, todo e qualquer apanhado de teorias sociológicas sobre a universidade, que não seja obviamente uma introdução a uma monografia sobre teorias, acaba por ser

lacunar e bastante injusto com a riqueza da disciplina sociológica, mas o objetivo aqui é outro.

Este texto é um estudo teórico da universidade que não se alinha as convenções da história ou as da sociologia da universidade, ainda que as tenha como fonte de dados, informações e conceituações, nem tenta transpor para outro estado-nação ou outras universidades ou sistema de universidades as teorias e as questões elaboradas por historiadores e sociólogos que se empenharam em escrever sobre as universidades medievais, as francesas, britânicas, prussianas, as americanas etc., nem também validar ou invalidar teorias de universidade (se é a mais antiga ou não, se é europeia ou não, se é medieval ou não, se é integradora ou não, se é estratificadora ou não, se é uma igreja secularizada, se é uma nobreza diplomada ou não, se é uma indústria ou não, se é uma burocracia ou não, se é uma elite mandarim ou não etc.), que no mais das vezes se apresentam como adequadas

e suficientes dentro do escopo convencional da história e da sociologia. Em suma, um estudo teórico não é uma história de teorias, nem uma metateoria, nem uma história de livros, muito menos um estudo sem história, ainda que haja muitos trabalhos teóricos que adotem convenções assim.

6. Definição de Universidade

Na origem da universidade medieval, três regramentos regem juridicamente seu caráter de atividade, de ator e de ato. Atividade e ator se sobrepõem, se confundem ou se revezam na definição historiográfica de universidade, enquanto ato escapa do esforço conceitual corrente. A universidade-atividade se define pelo ensino lícito de profissões liberais, (*traditio operum liberalium*.) A universidade-ator se define pela constituição de uma sociedade personificada ou dos que ensinam, ou dos que aprendem, ou de ambos (*universitas magistrorum et scholarius*.) A universidade-ato se define pela

resolução do conflito de jurisdições que envolve as pessoas durante estadias de estudo, (*peregrinatio academica*.)

A transmissão dos conhecimentos para a prática de atividades não-manuais não era na Europa medieval uma exclusividade da universidade. Monastérios, catedrais, ordens mendicantes, a cúria romana, palácios senhoriais, palácios régios, guildas, corporações, todas essas instituições ensinavam ofícios liberais. O processo de monopolização do ensino liberal pela universidade é um capítulo importante da história da universidade, mas sociologicamente não é uma traço essencial e típico como releva farta historiografia. A *traditio operum liberalium*, existe na Europa antiga e é reorganizada na Europa medieval de modo original ao se combinar com o *universitas*.

A sociedade personificada, com um representante legal (*actor collegiarum*), está atestada pelo próprio direito romano antigo.

A novidade da Europa medieval está na combinação de várias sociedades jurídicas em uma grande sociedade, o município, a

cidade, a ponto de conseguir assegurar para essa corporação de corporações jurisdição própria e separada das jurisdições das casas senhoriaes, das dioceses episcopais e até mesmo de casas régias e da cúria romana. Essa emancipação jurisdicional não significa sedição em relação às obrigações militares com as casas régias e imperiais, nem afastamento da cristandade e do poder de Roma. Simplesmente, é mais um momento da fragmentação do poder político feudal, que só alguns séculos depois voltará a ser concentrado, primeiro, pelos estados absolutistas, depois pelos estados-nação. Mas essa multiplicação de jurisdições, com poderes de vida e morte sobre as pessoas, criam uma conjuntura inóspita para o deslocamento de estudo, a peregrinatio academica, ou mais precisamente, o studium.

A Europa antiga, sob o Império Romano, legou à Europa medieval uma solução para o conflito de jurisdições e privilégios dentro de fronteiras, o studium. Roma, a capital

imperial, em suas aulas urbanas ou em suas aulas palacianas recebia um afluxo de homens livres vindos de todo o Império para adquirirem os rudimentos das profissões que lhes aventariam os meios e os símbolos para subirem na hierarquia imperial. A Europa medieval, sob o domínio de múltiplos centros políticos, inventou o studium generale, a universidade. (O qualificativo generale ali não denota um lugar em que se ensinava vários assuntos, ou todos os assuntos, como por muito tempo se leu nas mitologias fundacionais das universidades, e sim o fato de receber professores e alunos de diversos lugares, ou nationes.)

7. Conceito de Studium

O fato histórico que se denominar por universidade medieval é primordialmente a reunião de três fatos jurídicos: o instituto da traditio, da universitas e do studium. Então, a universidade seria a reunião de professores e alunos forasteiros em um cidade na qual formavam uma sociedade com personalidade

jurídica. Entre aquilo que seria, a meu ver, um achado investigativo está o descuido historiográfico em tratar o universitas acadêmico como uma corporação de ofício entre tantas da cidade. Nas listas de guildas, corporações de ofício, que foram publicadas em livros e que consegui encontrar para verificar, não encontrei uma corporação acadêmica entre as tantas que estavam sob a jurisdição das cidades (municípios, comunas etc.). Não encontrei os estudantes na lista de Paris, de Florença, de Bolonha, de Londres, de Oxford, de Edimburgo. A solução para esta questão historiográfica eu encontrei no livro sobre os ofícios de Paris, escrito por Lespinnasse (1879).

O livro de Lespinnasse traz os principais documentos de todos os ofícios existentes em Paris no século XIII, com uma reprodução tipográfica do Livro de Boileau, o livro oficial de registros das corporações. Lespinnasse traz documentos que mostram as várias corporações que não estavam sob a jurisdição da Cidade de Paris, e sim sob a da Universidade de Paris, ou que

foram removidas da jurisdição da cidade para a da universidade. Nem a coleção de Rüegg e Ridder-Symoens trata disso. (Nessa coleção, Aleksander Gieysztor escreve um parágrafo que tangenciaria essa questão historiográfica, mas sem tirar qualquer consequência histórica ou historiográfica disso, mesmo ligeira.)

A Universidade de Paris se tornou entre os séculos XII e XIII, pelos indícios documentais, não uma corporação que tinha o direito de impor estatutos a seus membros, mas uma jurisdição paralela e concorrente à jurisdição da Cidade de Paris, cada uma com um conjunto de corporações que lhes deviam obrigações municipais (a imposição do *munus*, dos tributos e serviços obrigatórios). Sem dúvida, trata-se de uma questão historiográfica, mas a bordo pois acredito que há aí consequências para uma conceituação sociológica da universidade.

A Universidade de Paris passou a reger diversas atividades, as do copista, do livreiro (de manuscritos), do vendedor de pergaminhos, etc., depois, do cirurgião-dentista, dentre outras. As oficinas e lojas desses profissionais ficavam e deviam ficar na área de Paris reservada à Universidade de Paris. (Essa área medieval coincide com a área contemporânea do Quartier Latin.) Os tradicionais binômios *town & gown*, *civitas et universitas*, *città ed università* indiciamente são memórias da organização física e jurídica de alguns sítios urbanos.

Mas a sociologia começa seu trabalho após o término do trabalho da jurisprudência, da paleografia, da história, etc. A essência da universidade não seria proteger estudiosos viajantes, pois se assim fosse seria só um tipo especial de feira medieval. Nem seria proteger a vida dos que viajavam e se hospedavam, pois o crescimento da mobilidade medieval, com uso mais seguro das estradas reconstruídas do Império Romano e novas estradas, historiograficamente é relacionado

à Treuga Dei e à Pax Dei (Duby, 1993) É impossível que os documentos e os monumentos registrem e guardem para a posteridade todos os aspectos da vida e da organização social que se desenvolviam em um certo momento, especialmente porque muito da vida social é invisível, impalpável, intransitiva.

A questão sociológica que pede resposta é qual instituição social as instituições jurídicas presentes na universidade medieval, mas herdadas do antigo direito romano, estavam a proteger e a viabilizar. O studium que ocorria na Roma antiga, mesmo recebendo estudantes de todos os quadrantes do Império, esses estudantes de fora de Roma eram por direito romanos, portanto, o studium de Roma se assemelhava aos studia particularia medievais, que atendiam estudantes das redondezas ou da própria cidade, mas que não estavam submetidos a lei para forasteiros. O studium das cidades medievais, que se tornaram matéria nobre dos estudos históricos, são um desenvolvimento do studium antigo e dos

particularia medievais, mas essa comparação entre esses estágios ajuda a ver que o studium (generale) resolve o conflito de jurisdições para poder reorganizar o ócio estudioso, que nada mais é que o ócio organizado e administrado. O ócio organizado não conseguiria atingir a escala que atingiu já na Europa medieval (mais de trinta universidades existiam na Europa em 1500, de 3 ou 4 em 1200) sem superar a fragmentação política, que se materializava nas jurisdições concorrentes e sobrepostas de senhores, reis, imperadores, papas, chefes municipais, abades, bispos.

8. Universidade Moderna

A concentração gradual do poder político ao longo do período medieval faz com que as universidades fiquem mais e mais sob a jurisdição dos palácios régios, renunciando a configuração que perdura até os dias de hoje. A consolidação do processo de concentração política, no início da era moderna, em conjunto com a Reforma Protestante, reduzem a cristandade

romana, cortando as linhas de comunicação entre as várias universidades, reduzindo a extensão dos itinerários disponíveis de peregrinatio academica. Por outro lado, o crescimento dos estados absolutistas fortalece os fiscos régios o que intensifica a criação de novas universidades, levando a um contra-movimento, que é a fragmentação dos centros de ócio organizado. Mas a elite ainda partilhava do latim.

A modernização retoma um movimento de fragmentação política, em escala menor do que a feudal, mas primeiramente em linhas dinásticas (a guerra entre as casas reais), em seguida em linhas língüísticas. Esse recorte dos estados por tradições (seculares e religiosas) e línguas dá ensejo ao processo de formação de estados-nação. A universidade se torna a universidade do estado-nação, a universidade nacional.

A universidade nacional não precisa resolver o conflito de jurisdições de forasteiros (todos são cidadãos ou súditos nacionais) ou se preocupar com os perigos de viagem ou

estadia. A universidade nacional é um studium com um monopólio territorial do ócio organizado, muito semelhante a um studium particularium medieval, com sua audiência cativa e local. A capacidade de ampliar o volume de ócio organizado em uma universidade nacional passa a depender mais e mais do poderio fiscal e econômico dos estados-nação a que pertencem. A universidade nacional passa a ser uma escola palaciana, muitas vezes composta por professores funcionários, que tem uma margem de manobra mais estreita para dispor do ócio organizado de uma maneira mais autônoma. Menos importante que aumentar a quantidade de ócio disponível, passa a ser fundamental encontrar meios de melhorar a qualidade desse ócio organizado. Sem surpresa, o ócio organizado com melhor qualidade é aquele que faculta a peregrinatio academica, a qualidade aumentando em razão do alcance vertical do itinerário: das universidades nacionais que são mais deficitárias na quantidade e na qualidade do ócio organizado para as que concentram muito do ócio organizado

mundial de melhor qualidade e em melhor quantidade. Essa melhor qualidade é sempre definida do ponto de vista do acadêmico, não raro pode-se ler o relato de um estudioso ao passar um temporada em uma universidade nacional e ter um excelente serviço de biblioteca e de secretaria à disposição. Isso significa que a qualidade do ócio organizado pode receber uma valoração subjetiva tanto intra-acadêmica quanto extra-acadêmica, o que pouco importa para a dinâmica intelectual da universidade. Contudo, isso limita o poder do estado-nação e do governo incumbente em dirigir ou direcionar os esforços intelectuais dos acadêmicos em universidades nacionais, o que à primeira vista pareceria uma tarefa fácil.

Os capítulos seguintes tentam trazer apontamentos históricos sobre as ciências sociais e suas inovações intelectuais de modo a tornar mais concreta síntese teórica feita neste capítulo, a qual, como já foi dito, é consequência dos vários estudos de caso feitos abaixo.

II CAPÍTULO. ESTADO E DESENVOLVIMENTO

1. Missão Diplomática e Missão Nacional

Após as Nações Unidas (ONU) encerrarem sua Conferência sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), abrigada em Estocolmo, em 1972, o governo brasileiro começou a montar um órgão público encarregado de atividades para o meio ambiente: uma burocracia para tratar do assunto novo. Entre 1973 e 1992, criou uma secretaria federal, um conselho nacional, uma agência nacional (chamada de 'instituto' por tradição e não por função), um fundo nacional e um ministério. Ainda hoje, este é o aparato estatal para a questão do meio ambiente. Antes da CNUMAH, entre 1962 e 1967, leis sobre pesca, floresta e borracha haviam sido sancionadas. Depois disso, mais leis e códigos continuaram a ser criados, mas agora as resoluções das Nações Unidas davam o tom dos editos nacionais. Nos oitenta, foi estabelecida uma política de meio ambiente e um plano de gerenciamento costeiro de

amplitude nacional e, desde 1992, mais leis, conselhos e órgãos surgiram para tratar de questões específicas (concernentes, sobretudo, à bacia amazônica e aos recursos hídricos). A preocupação estava em instituir um sistema de regulação capaz de exercer autoridade sobre as atividades humanas de exploração de recursos naturais.

Diferindo da institucionalização anterior de outras questões (agricultura, saúde pública, educação gratuita, defesa nacional *etc.*), a do meio ambiente não incluiu a criação de um instituto ou museu. A razão disso estava na reforma educacional de 1968 que fazia da universidade o centro das atividades científicas, educacionais e letradas no país. Além disso, após o golpe de 64, o governo passa a buscar o alinhamento das instituições de ensino ao regime. Para isso, obliterou qualquer traço de esquerdismo nessas instituições por meio da aposentadoria compulsória dos docentes que notoriamente se opunham ao regime ou tinham vínculos com o governo deposto.

Logo, era desnecessário criar organizações como os velhos institutos e museus porque o governo esperava após esses rearranjos que as universidades viessem a encampar toda e qualquer questão endossada oficialmente. No entanto, o governo subestimou o interesse específico dos docentes que permaneceram ou foram contratados após os 'expurgos'. Sem um bom motivo, esses acadêmicos não iriam redefinir seus focos de atenção acadêmica e seus objetivos prévios de carreira.

Ao procurar envolver os acadêmicos de afiliação pública, o governo permitiu, desde meados dos setenta, que as universidades oferecessem graduações e pós-graduações em ecologia, cursos de educação ambiental e engenharia ambiental. Algumas universidades iniciaram também discussões sobre uma assim chamada 'ciência ambiental'. Devido ao viés de ciência natural, esses primeiros passos não endereçavam sociólogos e, por outras razões, tão pouco

sensibilizaram muitos biólogos. O governo teve de aguardar a chegada da primeira safra de ecólogos graduados por um departamento de ecologia para constatar a tibieza dessa iniciativa educacional. Quando os primeiros ecólogos começaram a trabalhar no início dos oitenta, além de serem poucos, a agenda deles não batia com a do estado e a da sociedade civil. Seria inviável estruturar um sistema de avaliação de impacto ambiental sobre o pressuposto de que ecólogos, biólogos ou engenheiros atenderiam a demanda. Já nos oitenta, esse tipo de avaliação não estava vinculado a nenhuma formação superior específica.

Os documentos ratificados pelas Nações Unidas vieram a ser a principal bibliografia ambiental discutida no Brasil até meados dos oitenta. Sem dúvida, o Relatório Meadows, de 1972, intitulado *Limites do Crescimento* (traduzido para português já em 1973 e reeditado em 1978, sinal da atenção crescente recebida pelo assunto) foi durante os setenta e os oitenta uma

referência básica entre políticos e intelectuais preocupados com a questão.¹ Embora, o governo militar objetasse ao relatório porque o último afirmava ser o crescimento econômico o responsável pelas mazelas do meio ambiente, enquanto o ideário oficial vaticinava o crescimento como panacéia nacional, definido como meta governamental básica, o que levava a um dissenso inevitável entre os dois posicionamentos. No entanto, durante os setenta, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) caminhou na direção oposta e aquiesceu que 'a pobreza continuava a ser a pior forma de poluição' (ONU, 1982: 9). Ao ratificar a Estratégia Mundial de Conservação, de 1980, que tratava crescimento e conservação como uma só questão, as Nações Unidas já haviam começado a compor com a posição dos países não-desenvolvidos. Assim, após as

¹ 1. Limites do Crescimento, também conhecido como Relatório Meadows, é um livro de 1972 escrito por Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers e William W. Behrens III, resultado de uma encomenda feita ao Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) pelo Clube de Roma em 1968 e usado como base do debate na CNUMAH. O livro foi publicado em português pela Perspectiva em 1973.

resoluções terem ficado mais apropriadas às ambições brasileiras de desenvolvimento enquanto crescimento econômico, a ação governamental para o meio ambiente passou a ser uma agenda modelada mais e mais pelas atividades das Nações Unidas.

2. Departamentos e Financiamentos

Por um lado, após o golpe de 64 e a reforma educacional de 68, o alicerce institucional da ciência social sofreu um abalo, cuja superação exigiu alguns anos até o restabelecimento de uma ordem institucional. Num vintênio, a disciplina passou por uma mudança severa. Por outro lado, ainda não havia um sistema governamental de financiamento com capacidade suficiente para manter a autonomia dos cientistas sociais ante as idiossincrasias dos financiadores. Isso valia para a academia como um todo. Desde então, uma série de reformas logrou uma melhora notável nas bolsas docentes e discentes e no ensino pós-graduado, promovendo assim a transição de um sistema acadêmico de baixa autonomia para um de alta autonomia.

Por volta dos sessenta, é seguro dizer que havia duas tradições que norteavam a ciência social nacional. Uma era o estudo do desenvolvimento das sociedades complexas, diferenciadas, ou seja, a sociologia do desenvolvimento, que foi uma tendência em todos os ramos da ciência social. A outra era a etnologia das sociedades 'tribais', quer dizer, a antropologia dos povos indígenas brasileiros, sobretudo, daqueles no cerrado mato-grossense e na bacia amazônica, a qual era operada como uma reserva de mercado dos antropólogos, às vezes desejada pelos historiadores. Por volta dos setenta, esse arranjo bem azeitado começa a se quebrar pelo fracionamento disciplinar. Com isso, os estudos de desenvolvimento se desdobram em estudos rurais, de população, de desenvolvimento político (especialmente, do autoritarismo e dos movimentos sociais), enquanto que a etnologia começa a dividir a atenção antropológica com os estudos de antropologia urbana e política, e nesse meio tempo, a ciência política se faz presente. Tudo leva a crer que o recrutamento acadêmico de cientistas sociais para lidar com os estudos ambientais ocorreu justamente nesses novos ramos,

os quais eram nutridos por fenômenos correlacionáveis aos ambientais, por exemplo, modernização agrícola (desmatamento, pesticidas, queimadas), urbanização (poluição citadina), associativismo (grupamentos ambientalistas recém-criados), política e geopolítica nacional (multilateralismo ambiental, industrialização verde, barreiras comerciais disfarçadas ambientalmente). Contudo, essa instabilidade disciplinar era contrabalançada pela crescente estabilização institucional.

Ainda nos setenta, o sistema de financiamento acadêmico já estava organizado em torno de duas agências federais, CNPQ e CAPES, às quais com frequência se juntava uma terceira, FINEP. Além dessas, o estado paulista abrigava sua própria agência de financiamento, FAPESP, que assegurava a dianteira da pesquisa paulista em diversas frentes. Por volta dos oitenta, outros estados emularam as iniciativas federais e paulista, criando assim suas próprias agências (e.g. FAPERJ no Rio de Janeiro e FAPEMIG em Minas Gerais). Embora a FAPESP fosse a única que conseguia ombrear com as federais no que tange à capacidade de financiamento.

As normas das financiadoras restringiam os auxílios ao professorado e ao alunado, mas não completamente, pois alguns centros privados conseguiam acessar esses fundos. Aos professores efetivos e aos alunos de pós-graduação cabiam as maiores bolsas e auxílios disponíveis. Nesse sistema abastecido por recursos públicos, as universidades federais e estaduais acabavam por ter uma vantagem sobre as congêneres privadas. Num tal arranjo, a afiliação institucional era uma condicionante maior. Quando afiliados a certas instituições e em certos momentos, os docentes e os discentes gozavam dos meios de sobrepairar as principais dificuldades relacionadas à pesquisa, às bolsas e ao emprego. Algumas universidades granjearam um lugar de destaque nesse 'sistema de facilidades' por terem sido favorecidas pelas diretrizes governamentais e pelo peso político das cidades que as sediavam: o programa de regionalização da pós-graduação exemplifica essa política ao escolher Brasília, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre como núcleos de expansão dos estudos graduados. Dentre essas estão a USP, a estadual de Campinas (UNICAMP) e as federais do Rio de Janeiro, do

Distrito Federal, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. No entanto, uma afiliação a qualquer universidade pública já jogaria a favor dos docentes e, em menor medida, dos discentes, como bem demonstra o papel da federal de Santa Catarina (UFSC) no 'nascimento' dos estudos ambientais. Uma das razões para essa importância da afiliação pública provavelmente reside no fato de que a ciência social depende quase que por completo dos fundos públicos em razão da dificuldade de se lucrar com essa atividade. Nesse sentido, as afiliações moldavam as expectativas e forjavam os sucessos pessoais.

Se já houve uma 'era da abundância' na ciência social, essa teria começado nos setenta e findado nos oitenta. Foi um período de convergência entre a ação filantrópica estrangeira e os programas domésticos para a educação superior. Por exemplo, desde 1968, uma peça fundamental no financiamento da ciência social nacional passou a ser a Fundação Ford, cujos auxílios tonificaram as principais empreitadas da disciplina nos setenta e nos oitenta (Miceli, 1993). Somado a isso, as agências federais dirigiam mais recursos para a disciplina, num

momento em que o financiamento acadêmico como um todo era robustecido, o que levou à estabilidade do sistema acadêmico nacional. Assim, na virada dos setenta, a educação superior e, por tabela, a ciência social eram meios intelectuais em pleno crescimento.

Nesse momento, qualquer acadêmico poderia sonhar com novas áreas de pesquisa para além das fronteiras disciplinares porque eles estavam atuando num microcosmo em expansão, sendo assim visado por demandas variadas. A necessidade de mão-de-obra pós-graduada para sustentar o crescimento universitário franqueou aos titulados com mestrado a contratação de muitos deles logo após a defesa das dissertações. Tamanha demanda provocava o recrutamento docente até entre os graduados. Esse estado de coisas entrou em declínio durante os oitenta, um decênio de estagnação econômica, endividamento público e crise política. Foi um momento em que até uma organização estrangeira como a Fundação Ford promoveu cortes nas bolsas e nos auxílios (Brooke, 2002). Ainda assim, a duração dessa era de abundância foi suficiente para fazer possível o rearranjo da

ciência social nos oitenta após o desarranjo dos sessenta. As regras do jogo foram repostas, mas em novas bases. Ainda assim, essa atmosfera combinada de crise social e de reorganização acadêmica trazia grandes incertezas sobre as carreiras e o futuro dos acadêmicos. O fracionamento da ciência social, que vinha forte desde os setenta, sofreria um refluxo e os acadêmicos começariam a apostar mais na consolidação das picadas abertas que no lançamento de outras empreitadas. Os cientistas sociais endereçaram seus esforços ao fortalecimento intramural dos departamentos e a sobrevivência extramural dos centros de pesquisa, algo imperativo contra a revivência dos malogros passados. Com exceção de alguns novos departamentos e programas de pós-graduação, o arcabouço institucional de ciência social pouco mudou após os oitenta, seguindo quase incólume pelos torvelinhos político, econômico e social daquela década (veja diagrama abaixo).

Quase paradoxalmente, é justamente nesse período que há a tentativa de lançar os estudos ambientais no meio acadêmico. Além do refluxo no financiamento e da desaceleração do

crescimento institucional, os entusiastas ambientais tinham agora de lidar com um sistema de credenciais empedernido, com a maior importância dos departamentos na negociação dos destinos pessoais, com o surgimento de instâncias de celebração e consagração por meio das associações acadêmicas e com a instalação gradativa de um regime de assuntos legítimos de ciência social.

Pós-Graduação na Ciência Social (1967–1989):
Região, Local, Universidade, Data de Fundação e Curso

Manaus	N orte	L este	Salvador	Recife	João Pessoa	Natal	Fortaleza
<i>Nenhuma</i>			<u>UFBA</u> 1968 MCH	<u>UFPE</u> 1967 MS 1977 MA 1982 MP	UFPB 1979 MS	UFRN 1979 MS	<u>UFC</u> 1976 MS
Belém		Brasília	Belo Horizonte	Rio de Janeiro			
UFPA 1977 MPD		<u>UNB</u> 1970 MS 1972 MA 1981 DA 1984 DS 1984 MP 1984 MRI	<u>UFMG</u> 1969 MP 1981 MS 1985 DD MD	<u>IUPERJ</u> 1969 MP 1973 MS 1980 DS 1980 DP	<u>UFRJ</u> 1968 MA 1977 DA 1980 MSA	PUC-RIO 1987 MRI	
Goiânia	O este	Campinas	São Paulo			Grande Rio de Janeiro	
<i>Nenhuma</i>			<u>UNICAMP</u> 1971 MA 1974 MS 1974 MP 1985 DCS	<u>PUC-SP</u> 1973 MCS 1982 DCS	<u>USP</u> 1971 DS MS 1972 DA MA 1974 DP MP 1989 DQ MQ	<u>UFRRJ</u> 1976 MDAS	
Cuiabá			Araraquara	São Carlos	Florianópolis	Porto Alegre	
<i>Nenhuma</i>		S ul	UNESP 1981 MS	UFSCAR 1988 MS	UFSC 1985 MSP 1985 MA	<u>UFRGS</u> 1973 MS 1973 MP 1979 MA	

Legenda: Mestrados em Sociologia (MS), em Antropologia Social (MA), em Ciência Política (MP), em Ciências Sociais (MCS), em Sociologia & Antropologia (MSA), em Sociologia Política (MSP), em Ciências Humanas (MCH), em Demografia (MD) em Relações Internacionais (MRI), em Arqueologia (MQ), em Desenvolvimento, Agricultura & Sociedade (MDAS) e em Planejamento do Desenvolvimento (MPD). Doutorados em Sociologia (DS), em Antropologia Social (DA), em Ciência Política (DP), em Ciências Sociais (DCS), em Demografia (DD) e em Arqueologia (DQ).
Fonte: CAPES, 2007.

O sistema de credenciais condicionava o êxito acadêmico ao regular o acesso a fundos e a postos. Uma hierarquia sutil reservava aos mestres indicação deles aos cargos menos importantes, o que significava dificuldades em receber auxílios de viagem e pesquisa, e aos doutores, a disputa pelos melhores assentos. Era um sistema criado para restringir a demanda por financiamento aos efetivos de alta titulação. Assim, a efetivação, de preferência numa universidade pública, acompanhada do doutoramento era condição primeira para o desenvolvimento de interesses acadêmicos pessoais, quer na pesquisa, quer na organização.

Ainda que preenchesse os requisitos mínimos de autonomia individual, com o doutoramento e a efetivação, o acadêmico precisava também lidar com as associações acadêmicas que vinham sendo criadas desde os setenta e funcionando como centro de distribuição de reconhecimento e prestígio.² A

² A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi reativada em 1974. A Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) foi fundada em 1977. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) foi fundada em 1977. A Sociedade Brasileira de

principal associação nacional (ANPOCS), fundada por programas de pós-graduação e centros de pesquisa, veio a controlar o arranjo de forças entre os cientistas sociais e era o palco que provia a maior visibilidade científica e o veículo que carreava os interesses corporativos vitais.³ A importância da distribuição do prestígio estava ligada à lógica de distribuição do dinheiro no meio acadêmico. Num sistema de financiamento comandado em geral pelo professorado e cujos auxílios premiavam os escolhidos pela avaliação entre pares, a credibilidade do candidato e do assunto era um atributo basilar. Noutros termos, a visibilidade científica era outra condição para a vitalidade acadêmica. Os colegiados associativos, assim como os departamentais, eram a banca de conversão dos trunfos simbólicos em dinheiro e do dinheiro em trunfos simbólicos. A crítica social dos oitenta foi um caminho rápido para galgar visibilidade e, quando combinada com a pesquisa

Sociologia (SBS) foi reativada em 1985. A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) foi fundada em 1986.

³ De Saint Martin (1988) relata seu assombro de estrangeira, ao ver, no encontro da ANPOCS em 1988, os cientistas sociais brasileiros em obstinada campanha política para as eleições parlamentares.

social, credibilidade. Seja para manter em destaque velhos assuntos, seja para lançar novos, os acadêmicos tinham de atender esses critérios distributivos. Nessa corrida para continuar no páreo, muitos recorreram a uma estratégia que pode ser vista como arriscada: consistia em extrair da agenda política o repertório a investigar, o que levava necessariamente a uma luta intestina para acomodar esses assuntos na agenda da ciência social. É esse o veio que alguns cientistas sociais seguiram ao julgar que os estudos ambientais soavam como uma seara realista para a ciência social. O milenarismo catastrofista em voga dava a deixa à proposição do *aggionarmento* ambiental da disciplina e da universidade, na chave de um chamado à 'razão ambiental', parafraseando o economista mexicano Enrique Leff, uma das lideranças hispano-americanas no processo de intelectualização do meio ambiente e com forte influência entre os estudiosos brasileiros do meio ambiente.

III CAPÍTULO. GRANDES PROJETOS E PROBLEMAS NACIONAIS

1. Desenvolvimento e Etnologia

Até aproximadamente 1985, último ano do governo sob chefia militar, poucos sociólogos e antropólogos haviam escrito algo explícito sobre o meio ambiente. Os que fizeram isso exploravam o vocabulário ambiental para analisar o desenvolvimento econômico implementado pelo governo. Os esforços e os recursos governamentais nos setenta e também a crítica acadêmica e intelectual tinham como foco o desenvolvimento nacional e o desenvolvimento amazônico. Por conseguinte, a sociologia do desenvolvimento e a etnologia amazônica galgaram a condição de setores proeminentes no emprego, ainda que seletivo, da nova abordagem ambiental para a análise e a crítica da política econômica dos militares. Os setenta ofereciam a esses setores tradicionais da ciência social brasileira um terreno empírico ricamente colonizado

pelos grandes projetos de mineração e energia na bacia amazônica, pela expansão da fronteira rumo à floresta amazônica, pelo crescimento demográfico impulsionado pela industrialização ao sul e o êxodo rural ao norte. No conjunto inaugural de textos sociológicos e antropológicos concernentes ao meio ambiente, o relacionamento entre a crítica social do desenvolvimento econômico e o uso de termos ambientais foi feito por cientistas sociais vinculados às tradições domésticas da disciplina. Exemplos disso são Fernando Henrique Cardoso, Lux Vidal e Alberto Guerreiro Ramos, à época todos já tinham quase 50 anos ou mais.

Cardoso (1980) fez uma crítica 'ambiental' ao modelo brasileiro de desenvolvimento, argumentando que este modelo conduziria a uma crise energética, uma urbanização descontrolada e uma expansão predatória da fronteira agrícola. As boas-vindas à nova abordagem que Cardoso dava com o artigo podem ser tomadas como um marco que assinala o

primeiro movimento de incorporação do meio ambiente ao temário sócio-científico, porém, na chave da sociologia do desenvolvimento de inspiração marxiana, em que trabalho por definição era natureza transformada. Contudo, Cardoso, um sociólogo da velha-guarda, não intentava ali fazer dele próprio um 'pensador ambiental' ou um 'estudioso do meio ambiente', pelo contrário, ele simplesmente lançava uma versão atualizada dele mesmo, tendo em conta que a questão ambiental volvia uma questão de desenvolvimento. Portanto, era um exercício de readequação das conclusões anteriores dele sobre desenvolvimento social e econômico (especialidade acadêmica dele) para aqueles dias.

Vidal (1983) criticava as conseqüências do crescimento econômico para os povos indígenas. Enfatizava a estricção psicossocial, o desmantelamento dos laços sociais, a indenização injusta da expropriação de terras e da 'descapitalização ecológica' pela qual passavam os indígenas

atingidos pelos 'grandes projetos'. Quase como Cardoso, ela incendiava os textos com essa terminologia vinda do PNUMA, na qual meio ambiente é a palavra-chave. No entanto, o foco de Vidal permanecia sobre a etnologia amazônica e a campanha indigenista dos oitenta, mas com o manuseio das preocupações contemporâneas centrais (energia, meio ambiente, direitos *etc.*). Esse vínculo entre a etnologia amazônica e as preocupações ambientais aparece em outros textos dela. Por exemplo, Vidal (1986; 1989) manejava o vocabulário ambiental muito mais abertamente que antes (1983), o que assinalava a transição do uso tímido da palavra 'meio ambiente' para suas aparições desbragadas em fins dos oitenta, então algo já mais aceitável no meio intelectual. Colaboraram para essa aceitação a influência entre os brasileiros da 'antropologia ecológica' amazônica do antropólogo estadunidense Emilio Moran e a boa recepção do volume 'Etnobiologia' da *Suma Etnológica* editada pelo antropólogo Darcy Ribeiro.

Ramos (1981) propunha ali uma 'paradigma para-econômico' em substituição aos modelos de desenvolvimento centrados no mercado, como o do governo militar brasileiro. Isso poderia ser lido como uma apologia à abordagem ecológica endossada por outros pensadores.^{4 2} Corroborando uma possível leitura 'ambiental' do livro, ele ainda mencionava um dos textos centrais da ecologia política estadunidense nos setenta (*i.e.* Ophuls, 1977). Contudo, Ramos apenas estava fazendo aquilo que já havia feito antes dos *aggiornamento* ambiental, a saber, sociologia do desenvolvimento. Bem antes disso, ele já era um intelectual prolífico e 'ecclético', tendo escrito vários livros sobre os rumos do desenvolvimento nacional no Brasil e no mundo.

Em resumo, esses acadêmicos estavam preocupados com as tendências e as conseqüências do desenvolvimento econômico nacional no tocante aos seus assuntos de pesquisa. O envolvimento deles estava baseado na autoridade de

⁴ Para uma leitura 'ecopolítica' de Ramos (1981), veja Boeira (2002).

especialista na disciplina deles e não em uma nova autoridade. Mais precisamente, esses especialistas de velha-guarda traziam o debate ambiental no intuito de explorar os campos de estudo sobre os quais costumavam se debruçar, empregando frouxamente o vocabulário modelado pelos *think tanks*, abrigados nas Nações Unidas e nos Estados Unidos (EE UU), para retratar as questões mundiais. Evidentemente, as afinidades entre a preocupação ambiental e o terreno empírico de investigação (países ricos em recursos naturais, povos amazônicos, uso do solo, energia *etc.*) levaram alguns acadêmicos a agasalhar, mais intensamente que outros, um interesse na feitura de textos de cunho ambiental, ainda que o alvo que descansava na alça de mira fosse um debate público vigente (Cardoso), uma campanha acadêmica em curso (Vidal) ou uma audiência estrangeira no exílio (Ramos), porém, sem sair do círculo de sua perícia disciplinar. Em consequência, esses especialistas acabaram por estabelecer um vínculo despretensioso com essa agenda ao simplesmente fundir o

vocabulário ambiental com as suas preocupações anteriores (povos indígenas, economia política, urbanização *etc.*), ou seja, uma variedade de *aggiornamento*, pelo qual não intentavam superar o estado-da-arte em sociologia, antropologia ou ciência política nem pretendiam ser 'autores ambientais' que conquistariam ou manteriam posições acadêmicas graças ao tema. Ambições como essas iriam aparecer somente em meio aos próceres da geração seguinte, isto é, a geração tardia dos oitenta.

Não foi por acaso que a velha-guarda inaugurou a questão do meio ambiente ou da ecologia política na ciência social. A situação acadêmica vivida por alguns (exílio, repatriação, engajamento) precipitavam no trabalho deles certos assuntos que poderiam ficar de fora se o momento fosse de estabilidade e continuidade; nesse último caso, o acadêmico, hipoteticamente, poderia perseguir velhos interesses sem se preocupar com as urgências temporais. Estando nos EE UU, Ramos buscou acertar numa só tacada o público de lá e o

daqui. Cardoso, após seu retorno do exílio, tentava assegurar uma liderança intelectual prévia. Para isso, ele arriscava antecipar as tendências no debate público (numa variedade de *self-fulfilling prophecy*), o que já havia feito com o tema do subdesenvolvimento e o que começava a fazer com o tema do autoritarismo. Já Vidal, apesar de ter uma obra sólida sobre etnologia indígena, não escapou às demandas de engajamento que atingiam os acadêmicos nos oitenta e acabou por se enfrontar no indigenismo daquela década. É inegável que o 'interesse' também era moldado ali pelas circunstâncias. Nesse sentido, as mutações institucionais impostas durante o governo militar passam a ser fundamentais para o entendimento e o desenrolar da ciência social dos setenta em diante.

2. Anpocs e Gtaps

Embora a questão ambiental já tivesse sido endereçada por alguns cientistas sociais em fins dos setenta, a efetiva emergência da questão nos meios intelectuais ocorreu somente após meados dos oitenta. No primeiro balanço bibliográfico realizado, Vieira (1992) listou cerca de 30 autores

e títulos no período até 1985. Entre 1986 e 1992, listou cerca de 90 autores e títulos. Os números simplesmente triplicam no segundo período. Apesar de qualquer idiossincrasia de Vieira, o balanço dele traz elementos para a elaboração de um retrato coletivo na medida em que ele lista aqueles autores que eram mais visíveis que outros, pontilhando assim os vínculos e as proximidades que caucionaram o balanço. Tendo em vista a dificuldade inerente à coleta de dados, sobretudo, numa época desprovida de informatização, é seguro dizer que o 'mapeamento' feito por ele pode ser lido como um bom indicador de visibilidade, ainda que ele deixe de fora um ou outro personagem que tenha escrito sobre o assunto. A afiliação de Vieira à UFSC, em cujo departamento de ciências sociais lecionava, fez com que os colegas dele fossem mais listados e minuciados que outros autores fora dos muros daquela universidade. Se a proximidade (institucional e espacial) enviesou o balanço, é justo pensar, em contrapartida, que os listados pertencentes a instituições afastadas do 'primeiro plano' de Vieira, por exemplo, Belém, são pessoas que não poderiam ser sobreolhadas por ele ou outrem, ou seja,

essas tinham um alto grau de visibilidade no momento. Além disso, o balanço sinalizava e demarcava as unidades institucionais das quais a literatura provinha e nas quais os autores travavam contatos e teciam redes de colaboração. Essas considerações sobre os balanços (Vieira, 1992; Alonso, 2002) vaticinam assim que a presença num balanço pode ser tomada como um critério, ainda que limitado, de visibilidade e, talvez, de sucesso temporário.

Além de marcar a subida dessa produção bibliográfica, os meados de oitenta são também o momento em que uma série de eventos concernentes ao meio ambiente são disparados na política, na imprensa e na academia. Houve a fundação do Partido Verde (Pv) pelas mãos de escritores, jornalistas, acadêmicos e outros intelectuais, instalados em grande parte no Rio de Janeiro. O primeiro número da revista da ANPOCS (RBCS) lançado em junho trazia uma resenha (laudatória) de Eduardo Viola (UFSC) do livro *Green Politics*, cujo bordão era 'como os Verdes estão transformando a cultura política da Europa e inspirando um movimento mundial que pode mudar o curso do futuro dos Estados Unidos' (Capra, 1984). O desastre

de Chernobil em abril era relatado para uma audiência de alcance mundial, da qual a brasileira não ficou de fora. O então reitor da USP, José Goldemberg, instituiu em julho a Comissão de Estudo do Problema Ambiental (CEPA) da universidade, primeiro de uma série de órgãos e instâncias criadas durante a reitoria dele para tratar do meio ambiente. Como já mencionado acima, o governo, por meio da SEMA e, depois, do IBAMA, promoveu seu primeiro encontro ambiental de cunho acadêmico, numa tentativa de atrair o professorado 'estatal' para os estudos do meio ambiente. Na ANPOCS, Viola e seus colegas começavam a dar forma a um grupo de trabalho sobre ecologia, política e sociedade (GTEPS). Na UNICAMP, Daniel Hogan e seus associados iniciavam a reorganização do Núcleo de Ecologia Humana (NEH), no que viria a ser o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM). Esses eventos conformaram uma ambiência institucional e societária em torno da questão, a qual inexistiu entre aqueles que fizeram algo nessa direção anteriormente.

Em fins dos oitenta e inícios dos noventa, essa ambiência passou a ser o centro da atividade intelectual 'ecopolítica', para

usar um neologismo muito em voga à época. No meio acadêmico da ciência social, UFSC, UNICAMP, ANPOCS e, um pouco mais tarde, USP estiveram no cerne do *aggiornamento* ambiental da disciplina. Na UFSC, a figura de proa era Viola, na UNICAMP, Hogan e, na USP, com certo atraso, viria a ser Antonio Carlos Diegues e Pedro Jacobi, sobretudo, o último. A aliança de Hogan e Viola no interior da ANPOCS garantiu ali um 'estande' anual para a divulgação do material produzido pelo grupo encabeçado por eles. Nessa empreitada dentro da associação, eles foram acompanhados por Jacobi, acadêmico afiliado à USP e que mais tarde participaria da pós-graduação ambiental dessa universidade (PROCAM). Essa tríade institucional enfeixada no GTEPS e com ramificações cardinais pelo país trabalhou duro para ditar os rumos do pensamento em torno do meio ambiente. A sociabilidade na ANPOCS granjeava alianças temáticas, mas o próprio tamanho da comunidade acadêmica de ciência social, bastante reduzido, também facultava esses contatos cooperativos (e competitivos). Viola, um argentino naturalizado brasileiro, demonstrava até então um interesse no estudo do desenvolvimento político e

das relações internacionais, que foi sendo adaptado ao temário ambiental. Lecionava ciências sociais na UFSC e era da direção da ANPOCS. Usava bem os eventos e a editoria acadêmicos, alcançando rapidamente um lugar entre os mais lidos sobre o tema na virada dos oitenta. Hogan, um estadunidense naturalizado brasileiro, estava mais enfronhado na ecologia humana e na demografia, mas ia se inclinando cada vez mais pela mescla do tema populacional com o ambiental. Lecionava ciências sociais na UNICAMP e dividia seu tempo extra-sala entre o NEPAM e o Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO).

Em torno dessas duas figuras, foi formado um grupo de professores, pesquisadores e estudantes afiliados à UNICAMP e à UFSC, jovens universidades instaladas em fins dos sessenta, muitos dos quais oriundos de programas domésticos de pós-graduação, sobretudo, o da USP, o mais tradicional na ciência social, e por grande parte dos setenta o único a oferecer o grau de doutor. Na UNICAMP, o grupo em torno de Hogan era composto basicamente por estudantes que buscaram pós-graduação ali, muitos mantiveram vínculos com os dois núcleos mais abertos à questão, NEPAM e NEPO, e, raramente, tiveram

algun dos membros contratado como docente. Na UFSC, a composição do grupo de Viola era de professores do departamento de ciências sociais, muitos contratados após Viola, com uma sobre-representação de argentinos.⁵ Os membros dos dois grupos eram os principais freqüentadores do GTEPS na ANPOCS.

Pegos no contrapé da sua própria arrumação interna, eles demoraram em tomar parte do ENUMA, cuja rubrica 'ciências sociais' fora dominada pelos geógrafos nas três primeiras edições, nas quais o termo era na prática um sinônimo de humanidades e não representava apenas as disciplinas de sociologia, antropologia, ciência política, demografia e relações internacionais. Somente no quarto ENUMA, ocorrido em 1990,

⁵ A sobre-representação de argentinos lidando com a questão e lecionando no departamento de ciência social da UFSC (exceto Hector Alimonda, egresso da pós-graduação da USP, que foi para Federal Rural do Rio de Janeiro) foi devido provavelmente à proeminência de Eduardo Viola, que parece ter sido capaz de influenciar as contratações departamentais em favor de seus compatriotas. Além disso, esse departamento já contava com docentes estrangeiros de outras nacionalidades, algo que pode ter facilitado a contratação de professores forâneos.

Viola, Hogan e colaboradores trouxeram suas contribuições em peso e demonstraram já ali certa ascendência entre a intelectualidade do meio ambiente ao conseguir pautar o principal documento do evento. Por ser sediado na UFSC, a instituição que mais escrevia sobre o assunto e casa do expoente do grupo, Viola, esse ENUMA era, em certa medida, o reconhecimento dessa liderança pessoal e institucional em fins dos oitenta. É certo que o local do encontro facilitou a participação dos acadêmicos de lá, porém, os anais do evento sugerem que Viola e Hogan estavam no comando da organização do evento e das sessões de 'ciências sociais', minorando o papel dominante dos geógrafos até então. (Os dois cientistas sociais atuavam naquele momento e depois, na verdade, como aquelas figuras de encontros eclesiais chamadas de 'facilitadores temáticos', que fazem a intermediação entre as diretrizes do encontro e os interesses dos participantes de modo a fazer com que a mensagem programada seja passada com precisão.)

Essa inserção tardia no ENUMA, um evento governamental, e a persistência em assegurar espaço na ANPOCS, um evento

acadêmico, podem ser tomadas como sinal de que a articulação em instâncias acadêmicas precedia a em instâncias (quase) governamentais. Não por acaso, grande parte dessa bibliografia dos oitenta foi apresentada em encontros e revistas acadêmicos. A importância conferida por eles próprios ao GTEPS como ponto de encontro e centro de articulação da 'área' entre 1986 e 1997 (veja Ferreira, 2002) assinalava a função da ANPOCS naqueles anos: instância onde os cientistas sociais expunham sua agenda de pesquisa e definiam as regras do jogo. No fim, essa busca por reconhecimento e consagração teve como desfecho o estabelecimento de uma hierarquia entre os assuntos tratados ali, o que levava, conseqüentemente, à emergência de um sistema de julgamentos de valor (e do valor) dos 'sujeitos' e dos 'objetos' de pesquisa e da instituição de acolhimento. Isso não quer dizer que não houvesse anteriormente julgamento entre os cientistas sociais. Pelo contrário. Quer dizer apenas esse julgamento, em grande parte articulado no interior da ANPOCS, passava a ser uma referência importante nas avaliações *inter pares* responsáveis pela

distribuição dos trunfos acadêmicos vitais: financiamento e edição.

Contudo, não era necessário estar vinculado a instituições tradicionais ou editoras importantes, em geral sediadas em São Paulo e no Rio, para ganhar alguma visibilidade. Graças aos programas de regionalização acadêmica e ao surgimento de editoras universitárias, organizações que escapavam a bipolarização paulistana e carioca podiam fazer seus lances nos jogos de consagração. Por exemplo, as editoras da UFPA e do MPEG, localizadas na 'distante' Belém, sem falar da editora da UFSC, apareceram com freqüência nos balanços e nas bibliografias sobre o meio ambiente.⁶ O que não descartava a edição comercial de 'livros ambientais' ou 'ambientalistas'. Nesse caso, as publicações provinham de editoras do Rio e de São Paulo, como a Vozes (na verdade, de Petrópolis, próxima ao Rio), Cortez e Brasiliense. Com certa freqüência,

⁶ O MPEG era a base operacional usada pelo antropólogo Emilio Moran, professor da Universidade de Indiana, figura de proa da ecologia humana em meio aos antropólogos brasileiros nos oitenta e propositor de uma 'antropologia ecológica'.

intelectuais vinculados ao PV e à UFSC publicaram pelas editoras do Rio e até em conjunto. Novamente, a ponte entre a ciência social e a política foi Viola, que participou de um dos primeiros livros do PV, de 1986, organizado por um pós-graduando do IUPERJ, José Augusto Pádua, historiador e co-fundador do partido.

Durante os oitenta, o que mais chama a atenção é o esforço deles em proclamar o surgimento de uma nova especialidade científica situada na fronteira entre ciência natural e ciência social, a qual eles chamavam, quase de modo intercambiável, por ecologia política, sociologia ambiental, ciência ambiental ou estudos ambientais, da qual só os 'convertidos' podiam falar com propriedade; com isso, pretensamente desviavam das críticas vindas da artilharia 'social' e da 'natural'. Para instituir esse território acadêmico à parte, esses jovens (e nem tão jovens) cientistas sociais tentaram forjar um objeto especificamente sociológico a partir de ajustes e amálgamas entre o vocabulário ambiental oficial, as análises vindas do atlântico norte e as exigências discursivas da ciência social doméstica. Naquele momento, essas exigências eram a

presença de alguma dosagem de empirismo e alguma vinculação com 'escolas' estrangeiras (Velho, 1983). De fato, era uma oportunidade de ganhar visibilidade e de fazer carreira dentro e fora da universidade, à qual muitos se agarraram e colheram algum louro. No entanto, o sucesso na empreitada ia além de exigências discursivas circunstanciais, era necessário manusear com destreza os recursos acadêmicos disponíveis, especialmente, os departamentais, que passavam a reger cada vez mais os destinos acadêmicos dos docentes e dos aspirantes. A tarefa de criar uma área acadêmica especial, ou simplesmente, uma especialidade, é, no fim das contas, uma tentativa mais ou menos eufemizada de 'redividir' os meios e os recursos controlados ou almejados por outros grupos.⁷ É uma batalha contra as forças do tradicionalismo (Weber, 1913). A virada dos oitenta também não era um momento favorável a uma nova onda de fracionamento, como a vista nos setenta, pois a etapa de expansão tinha acabado e agora os acadêmicos em geral e os cientistas sociais em particular

⁷ Esse movimento de especialização 'ambiental' ocorreu na Europa devido ao surgimento da legislação ambiental da União Européia. Sobre os especialistas ambientais europeus, veja Dezalay (2007).

viviam a etapa de estabilização e contração das fontes financiadoras. Processo que foi intensificado durante os noventa. Mais uma vez Viola foi quem aparentemente melhor usou o departamento para agregar colaboradores e projetar sua própria autoridade acadêmica na questão. Ele usava bem as revistas acadêmicas e a editora universitária a seu alcance, além dos vínculos que conseguia sustentar no Rio de Janeiro e em São Paulo. Hogan confirmava também seu papel de 'instituidor' do tema ao fazer valer seu interesse temático na estrutura de núcleos de pesquisa da UNICAMP, dois dos quais ele controlava e usava para inserir institucionalmente colaboradores e obter externamente financiamentos. No entanto, Hogan parece ter se esforçado mais em trazer para o departamento cientistas sociais com um perfil mais 'ecodemográfico' que 'ecopolítico'. Entre os últimos, o único de seus colaboradores contratado foi Leila Ferreira, na virada dos oitenta, ainda que ela tivesse iniciado os estudos mais como 'ecodemógrafa'. Durante os noventa, tanto Hogan quanto Viola fizeram uma pequena correção de curso e começaram a gastar menos energia com a institucionalização acadêmica do meio

ambiente. O primeiro concentrou seus esforços na criação da área de demografia da UNICAMP. O segundo redirecionou sua carreira para a área de relações internacionais e acabou por sair da UFSC rumo à UNB em 1993. Sem esses 'lobistas', a dedicação ao tema se tornava uma aposta arriscada, já que nem sempre o pesquisador sênior conseguiria contratar o pesquisador júnior, dada a dependência do consenso ou maioria departamental nesse processo. Assim, a primeira etapa de institucionalização iniciada com o ENUMA estava esgotada na ciência social, onde pouco fez para ampliar a proporção de quadros dedicados ao tema, mesmo tendo atraído muitos aspirantes. Essa falta de garantia quanto à carreira demandava um novo mecanismo de direcionamento da agenda universitária que viabilizasse o recrutamento e franqueasse alguma forma de vínculo institucional, algo que equacionasse a carreira individual e a demanda oficial.

IV CAPÍTULO. ESTADO E UNIVERSIDADE

1. Enuma (1986–1992)

Antes dos setenta, o governo costumava criar institutos e museus (algo como os *think tanks* anglo-saxões) para cuidar de questões públicas de caráter científico e acadêmico, especialmente de problemas nacionais. Refletindo a mudança nessa política pela centralização universitária da atividade acadêmica, o governo institucionalizou a questão ambiental como política pública sem ter criado qualquer aparato acadêmico-científico. Na porção norte do país, essa função de 'especialista ambiental' foi exercida por alguns institutos e museus fundados décadas atrás, mas sem 'finalidade ambiental', por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em Manaus, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em Belém e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social (IJNPS) em Recife. A presença dessas instituições federais nos estudos do meio ambiente teve a ver com o fato

de a área de atuação delas ser o trópico úmido e o semi-árido brasileiros e não com o reaproveitamento oficial delas como unidades federais de alcance nacional para ensino e pesquisa sobre o meio ambiente. Na verdade, elas continuaram a ter apenas um alcance regional como antes, o que estava relacionado à proeminência que alguns institutos e museus lograram assegurar nessa porção do país, a despeito do esforço governamental de centralização universitária. Na porção sul do país, os institutos e museus existentes já estavam em processo adiantado de incorporação pelas universidades públicas desde os setenta. Então, tirante as universidades, não havia ali outra organização que pudesse atender a demanda governamental por estudos do meio ambiente. É fácil notar que ao longo dos setenta as universidades não proveram de dados ambientais o governo, configurando um decênio de baixíssima produção bibliográfica, especialmente, vinda da ciência social. Naquele momento, as agências de caráter burocrático tinham de se desdobrar para

produzir conhecimento a respeito da sua área de atuação. Para a pesquisa do 'meio ambiente brasileiro', a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) estabeleceu laços com organismos internacionais, como o PNUMA. Além disso, enquanto o governo começava a montar seu aparato ambiental a partir de 1973, o regime ditatorial entrava numa vagarosa transição a partir de 1974. Somente ao chegar à última etapa transicional, isto é, a comandada por um civil, é que o governo buscou resolver a carência de conhecimento e o pouco envolvimento universitário com a questão. Assim, em meados dos oitenta, começam a ser promovidos por ele encontros acadêmicos sobre o meio ambiente.

A SEMA preparou as três primeiras edições do Encontro Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente (ENUMA), durante a presidência de José Sarney. O encontro de 1986, sediado em Brasília, ocorreu sob a batuta um político sem envolvimento com a questão, o Secretário Especial Deni Lineu

Schwartz. Ali o objetivo era elaborar uma avaliação crítica dos problemas ambientais nacionais e do envolvimento acadêmico na análise e nas soluções daqueles. O informe de encerramento era um arrazoadado de sugestões a respeito de como a comunidade acadêmica deveria incorporar as questões ambientais nas ciências da sociedade, da natureza, da saúde e nas engenharias. O de 1987, em Belém, foi promovido por outro político sem 'preocupações ambientais', L.H. Prisco Vianna. Nesse, o objetivo era debater as bases epistemológicas da questão ambiental. Com tamanha diversidade disciplinar, o consenso era 'epistemologicamente' impossível, restava ao próximo encontro encontrar um verniz acadêmico que unificasse a empreitada. O de 1988, em Cuiabá, foi feito na gestão de Prisco Vianna também. A meta desse era coordenar o rearranjo das universidades de modo a lidarem com questões ambientais. O informe final sugeria à comunidade acadêmica uma reorganização acadêmica baseada no tratamento interdisciplinar da temática ambiental.

Desde então, a interdisciplinaridade não mais saiu dos textos dos estudiosos do meio ambiente.

O recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), uma espécie de agência reguladora ambiental, preparou as últimas edições, já na presidência de Fernando Collor.⁸ O encontro de 1990, em Florianópolis, trouxe uma novidade na direção ao ser arquitetado pelo Secretário Especial José Lutzenberger, ambientalista fundador da primeira associação de defesa do meio ambiente. Nesse, o foco estava em articular a cooperação entre as universidades e as organizações da sociedade civil no tocante à política nacional ambiental. O de 1992, em Belo Horizonte, ocorreu durante a gestão interina do Secretário Especial José Goldemberg, físico, ambientalista e anteriormente reitor da USP. O encontro foi um ato preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

⁸ IBAMA foi criado em 1989 como resultado da fusão dos órgãos federais para o meio ambiente (e.g. SEMA) numa só agência governamental.

Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro.⁹ Buscava afinar o discurso da comunidade acadêmica quanto à conferência vindoura, à 'nova ordem social' (uma referência provável à deblaque soviética) e ao papel ambiental da universidade.

Nessa perspectiva, portanto, a agenda política oitentista para o meio ambiente consistia parcialmente numa revisão do currículo universitário e no engajamento professoral. Em certa medida, então, essa movimentação era uma tentativa de fazer uma variedade ambiental de reforma educacional também. A necessidade desses encontros de orquestração desvelava o arranjo de forças oitentista entre governo e academia, o qual refletia uma maior autonomia da academia que antes, sobretudo graças ao controle crescente da administração acadêmica pelo professorado após a reforma educacional de 1968. Esse encontros foram uma medida temporária que visava ao recrutamento e à articulação dos acadêmicos,

⁹ Para os documentos dos encontros, veja SEMA (1986a; b; 1988a; b) e IBAMA (1990, 1992a; b).

fazendo as vezes assim do instituto ou do museu que não fora criado quando da 'politização' do meio ambiente. Mais precisamente, o ENUMA procurava suprir e superar a ausência de uma organização de pesquisa no aparato público 'verde'. Essa articulação, sem dúvida, era imposta por aquele arranjo de forças, na medida em que inesperadamente o governo perdia parcialmente o controle sobre as instituições acadêmicas públicas e o professorado assegurava uma autonomia inaudita na contratação docente, no auxílio acadêmico, na publicação e, por fim, e por conseqüência, na definição da própria agenda universitária e disciplinar. Ainda que o governo, apesar das particularidades regionais, seguisse como o principal, senão o único, financiador do sistema universitário durante essa etapa de assenhoreamento professoral da administração acadêmica, cujos rumos divergiam do interesse oficial. Mas a despreocupação governamental em fundar uma organização de cunho técnico-científico para nutrir a política ambiental não foi sem razão.

Essa postura estava ancorada na crença de que a academia iria prover o ensino e a pesquisa ambiental 'à brasileira', quer dizer, contra os ditames vindos de Estocolmo. No fim, não houve tal envolvimento universitário nos setenta, pelo menos não de modo suficiente, e esse só começou a engatinhar nos oitenta. Definitivamente, a academia passava a ter seu próprio tempo sem perder as benesses temporais vindas do fundo público. Um feito e tanto para o momento, mas que não impedia as recorrentes investidas oficiais sobre 'suas' universidades. Para dificultar ainda mais a 'cooptação' governamental, o corpo docente também controlava o sistema de financiamento à pesquisa, o qual havia sido consolidado uma década atrás. É provável que essa variedade de insulamento institucional favorável à academia tenha advindo, em boa medida, da ausência de uma carreira universitária administrativa, separada da acadêmica, na qual os encarregados exerceriam o papel de mediador entre os departamentos (professorado) e os financiadores (governo).

O ENUMA, em sua peregrinação nacional, foi bem sucedido e logrou um aumento das publicações sobre a questão, em parte graças ao próprio encontro ser uma instância de divulgação e uma intersecção para contatos profissionais. Ao analisar dois balanços, a bibliografia 'ambiental' da ciência social apresentava um crescimento a partir dos meados dos oitenta e muito dela foi veiculada justamente nos encontros. Esses encontros se mostraram eficientes em vulgarizar a questão, encorajando pesquisas e levantamentos a respeito da 'problemática ambiental'. Porém, o aumento da produção bibliográfica também se deu em meios tipicamente acadêmicos. Isso indicava que naquele momento havia uma via de mão-dupla entre essa promoção governamental e o interesse acadêmico quanto ao meio ambiente. Tanto o governo promovia o assunto entre os acadêmicos quanto os acadêmicos faziam o mesmo entre eles.

2. Associações e Programas de Pós-Graduação

De modo inusitado, um dos efeitos da CNUMAD não foi o fortalecimento e sim o enfraquecimento do interesse social em torno da questão. O consenso assentado no neoconservacionismo pode ter sido o principal motivo para esse declínio.^{10 10} Durante os noventa, a pesquisa de viés ambiental esvanecia como área de viés disciplinar. Uma das conseqüências disso foi a 'insustentabilidade' do GTEPS no interior da ANPOCS, pelo menos nos moldes sustentados pelos seus fundadores, já que o assunto nunca desapareceu completamente das sessões do encontro. Os encontros e pré-encontros do GTEPS foram um ponto de apoio importante dos propugnadores da questão, especialmente, nas suas pretensões dentro da ciência social, mas a contragosto a lua de mel chegou ao fim em 1997, não sem provocar lamentos (Ferreira, 2002). Mas a saída institucional para esse impasse já

¹⁰ Segundo Alonso (2005), a CNUMAD foi responsável por estabelecer um consenso neoconservacionista a respeito da questão do meio ambiente, o que pode ter acarretado a desmobilização dos movimentos sociais brasileiros envolvidos com o meio ambiente, influenciando assim o interesse societário em torno da questão.

havia sido ensaiada na USP com a instalação do PROCAM, que era um misto de núcleo de pesquisa, programa de pós-graduação e centro interdisciplinar e interdepartamental. Foi um jeito simples de agregar 'minorias acadêmicas' espalhadas pelo *campus* sem desguarnecê-las das oportunidades de orientar teses com temas do interesse delas, publicar as próprias revistas, solicitar financiamento sem a chancela dos departamentos originários (às vezes, disciplinares e refratários) e, mais importante, criar um lugar de articulação e acolhimento institucional intergeracional. Nos noventa, essa variedade interdisciplinar de pós-graduação ambiental foi emulada em outras universidades em diversas regiões sob os auspícios das agências financiadoras, CAPES e CNPQ, que iniciaram a organização da 'interdisciplinaridade' e seu incentivo no sistema universitário. Nessa década, UNICAMP e USP superavam a UFSC como centros da intelectualidade do meio ambiente, mas a articulação entre as três foi intensificada. Na UFSC, o tema era sustentado pelos cientistas sociais contratados pelo departamento de ciências sociais, os quais já haviam introjetado uma perspectiva de carreira como

estudiosos do meio ambiente. Na UNICAMP, a existência do NEPAM e do NEPO, órgãos universitários que escapavam ao controle direto dos departamentos de ciência social, facilitou a manutenção do grupo dos oitenta e a agregação dos aspirantes dos noventa, mas sem deixarem de procurar influenciar o departamento e a pós-graduação no que tange ao recrutamento de jovens estudiosos da questão. Na USP, a intelectualização do meio ambiente nunca dependeu dos departamentos de ciência social, ainda que tenha recrutado cientistas sociais, mas sim do aparato criado pela reitoria de José Goldemberg, especialmente, do sistema formado pela iniciativa interdisciplinar de pós-graduação (PROCAM), pela criação de um centro para o debate de assuntos públicos (IEA) e pelo desenvolvimento de um centro de pesquisas ambientais (NUPAUB), amparado pela associação científica criada por ele (ACIESP) e pelo financiamento da Fundação Ford e, depois, da FAPESP.¹¹ Nas outras instituições, os entusiastas acabaram por

¹¹ Em 1989, o então reitor da USP José Goldemberg encarregou Heinrich Rattner, um cientista social graduado e pós-graduado nessa universidade e também membro do conselho do IEA, da instalação, direção e

adotar o modelo interdisciplinar de pós-graduação, ensaiado pelo PROCAM, no intuito de obter a cidadania acadêmica. Esse conjunto de mudanças somado ao rearranjo das carreiras de Viola e Hogan fez com que a intelectualidade ambiental reconhecesse novas lideranças como Leila Ferreira na UNICAMP, Pedro Jacobi na USP e Héctor Leis na UFSC. Essas e outras figuras de proa investiram no caráter não-disciplinar da questão durante os noventa, apostando ainda no reconhecimento da excepcionalidade da discussão. Mas com o passar do tempo, esse discurso perdeu força e deu lugar a uma visão puramente pragmática, na qual cada disciplina tinha apenas de aportar sua contribuição para que a 'pesquisa ambiental' fosse realizada. Fincaram, assim, um pé nos velhos departamentos disciplinares a que estavam vinculados e outro pé nesses novos arranjos institucionais entre departamentos e disciplinas. Com isso, eles conformaram os estudos do meio ambiente como uma área interdisciplinar norteadas por uma abordagem que mesclava estudos normativos, crítica social, empirismo e

organização do PROCAM. Rattner foi o orientador de Pedro Jacobi em sua pós-graduação em sociologia na mesma universidade.

naturalismo, além de doses homeopáticas de milenarismo catastrofista. (Era necessário pressupor o fim iminente do mundo natural e que de roldão isso levaria o mundo social a óbito.)

O arrefecimento do entusiasmo societário com a questão do meio ambiente após o ápice extático na CNUMAD deve ter ajudado no rebaixamento das pretensões emancipatórias desses acadêmicos, que enveredaram rapidamente para uma estratégia de consolidação institucional e associativa. A criação de rubricas 'ambientais' de financiamento ao longo dos noventa indicava que o principal já havia sido conquistado, restava garantir a permanência da boa vontade governamental e a tolerância universitária. Para isso, a estrutura interdisciplinar soava realista na medida em que tirava de rota de colisão os estudiosos do meio ambiente com seus colegas 'disciplinares' e reservava uma fatia do orçamento universitário sem deixar explícito quem perderia com isso. Na ciência social, isso era ainda mais necessário porque a disciplina não tinha o meio ambiente entre seus pólos de atenção, mesmo que enviesadamente (situação diversa da dos biólogos e afins). A

visão marxiana da natureza, a concepção weberiana de sistema social, a definição durkheimiana de instituição e meio sociais e a tradição americana de ecologia humana pouco tinham a ver com esse enfoque brasileiro do meio ambiente. Ninguém reivindicava essas tradições entre eles, algo que era fácil de ver entre os estadunidenses, que tiveram mais de um expoente vinculado seja à crítica marxiana (e.g. James O'Connor e John Bellamy Foster) seja à ecologia humana da escola de Chicago ou à escola durkheimiana (e.g. Frederick H. Butler e Riley Dunlap), ou entre os europeus, em que boa parte dessa discussão é na verdade uma análise do processo de individualização (e.g. Anthony Giddens e Ulrich Beck), algo tradicionalmente associado à obra de Weber ou de Durkheim. Por conseguinte, a melhor saída consistia em manter uma distância segura das pelejas disciplinares, aceitando até mesmo a supressão do GTEPS e partindo para a criação de uma associação acadêmica própria. Assim, os estudiosos ambientais deram início a uma etapa de validação de toda iniciativa interdisciplinar e a dar boas-vindas a qualquer manifesto pela interdisciplinaridade (e.g. Wallerstein, 1996). Ao

adotar o princípio de cooperação entre disciplinas, já endossado e sugerido pelo ENUMA e pelo governo, muitas alianças institucionais puderam começar novos programas de pós-graduação que reuniam acadêmicos 'ambientalistas' vindos de diferentes disciplinas, departamentos e, até, universidades. Graças ao arranjo interdisciplinar, o governo encontrou um meio de contornar a agenda 'autônoma' dos departamentos e incubar os estudos ambientais até que conseguissem formar safras de especialistas e produzir pesquisas aplicadas. Contudo, um problema que continuou sem resolução era como o pessoal graduado nesses programas conseguiria preencher as vagas em departamentos que continuavam a ser disciplinares enquanto que eles eram etiquetados como especialistas interdisciplinares em estudos ou ciências ambientais. Como diz Abbott (2001: 138), os departamentos são modelados por eixos de coesão disciplinares. Sendo assim, esse pessoal teria de ser acomodado em projetos temporários de pesquisa, editais públicos e empregos privados até conseguiram furar os bloqueios disciplinares. Com isso, a contratação departamental, ponto de partida de uma carreira

acadêmica, configurava mais e mais um sonho profissional distanciado. Mas isso era uma meia-verdade, pois pioneiros como Jacobi ou Diegues, entre outros, já tinham indicado uma saída, pela própria trajetória institucional deles, o primeiro estava vinculado a um departamento de educação e o último a um departamento de economia e sociologia rural, ambos da USP. Departamentos assim, por tradição, reuniam acadêmicos de diferentes províncias disciplinares, os quais, muito provavelmente, entraram nos planos de carreira dos aspirantes a estudar o meio ambiente. Mais e mais, departamentos e programas não-disciplinares passam a exercer a função de centros de ensino e pesquisa aplicados tanto naquilo que seria chamado de ciência social quanto naquilo que seria chamado de ciência natural. De fato, esse é um processo de divisão do trabalho acadêmico ainda em curso e de resultado ainda imprevisível para as áreas 'puras'.

V CAPÍTULO. CIÊNCIAS SOCIAIS E SUAS INOVAÇÕES

1. Teoria de Universidade e História de Disciplina

A universidade e as formações sociais típicas a ela relacionadas (religiosas, como clero, ordens mendicantes, Igreja; ou seculares, como professores, estudantes, burguesia, cidades, Estado) compõem um terreno fértil de investigação sociológica. Continuamente, a universidade acumulou três funções: instância intermediária de estruturação dos postulantes ao serviço civil do Estado e da Igreja, órgão central de instrução liberal e centro de investigação (primeiro, de parte da herança greco-romana vis-à-vis o cristianismo, depois, de toda a herança greco-romana e, por fim, do que se convencionou chamar de observações científicas da realidade física ou humana), ou seja, as funções de credenciamento, de escola e de pesquisa. Ainda que os estudos da universidade se preocupem especialmente com a universidade como lugar de ciência (desenvolvimento bem recente em relação à história da

instituição), a universidade pode ser estudada enquanto uma instituição especial, que não tem como característica a ciência moderna, ainda que esta seja uma parte significativa hoje das atividades universitárias. A academia, enquanto centro social de homens letrados, que formam um grupo com rotinas e inovações e uma elite com certo poder e prestígio, é um objeto rico de investigação. Assim, a universidade é uma conjunção específica, constituídas por pessoas, que demandam elucidação tanto quanto cidades ou Estados. Investigações e compilações de material histórico acerca de determinadas academias existem de modo satisfatório (ainda que seja um assunto que começa a ganhar corpo apenas nos fins do século dezanove, especialmente, com os estudos do Padre Denifle e de Hastings Rashdall). Faltam investigações propriamente sociológicas, ainda que muitas tragam dados relevantes para uma análise sociológica.

Fugir da convenção da universidade como o centro de ciência obriga certo abandono (intelectualmente doloroso) de toda uma sequência de estudos e análises que forjaram um aparato conceitual capaz de dar conta da universidade 'científica'. Dados marginais que envolvem o dia a dia dos acadêmicos (encontros, associações, financiamentos, revistas etc.) acabam ganhando mais destaque que tópicos caros da filosofia da ciência e mesmo da sociologia ciência (por exemplo, prova, teste, verdade, método, medição etc.).

Ainda que seja minha intenção avançar na análise dessas dificuldades e na apresentação de comparações históricas das permanências e mutações na vida universitária por períodos de tempo mais longos, aqui me limitarei a apresentar o material que abarca meu estudo de caso específico, que é a entrada do assunto 'meio ambiente' na universidade e mais especificamente (e talvez estranhamente) nas ciências sociais. Esse processo é colocado de modo sucinto, não tanto por

laconicidade minha, mas muito mais pela rotinização da atividade universitária de exploração de novos assuntos: esses inovadores fazem um exercício mais burocrático que intelectual em um primeiro momento. Ademais, o período de expansão do número de acadêmicos envolvidos com esse tema nas ciências sociais foi curto (menos que uma geração): em razão disso e também pelo esfriamento do assunto não ocorreu aquele trabalho de elevação intelectual e acadêmica do grupo via materiais mais diversos, como memórias, memoriais, inventários biográficos e intelectuais, cooperações internacionais etc. Muitos dos componentes iniciais do grupo se afastaram e não formaram qualquer forma de linhagem intelectual que permitiria esse trabalho de valorização e revalorização dos pioneiros e seus escritos.

A seguir, apresento um esquema do surgimento do meio ambiente como objeto acadêmico entre os setenta e os noventa. Descrevo como o governo tornou pública (estatal e

acadêmica) a questão do meio ambiente por meio de leis e organizações. Sumarizo as mudanças das ciências sociais durante o que chamo de *aggiornamento* ambiental. Exploro os encontros nacionais de meio ambiente, promovidos pelo governo, para ilustrar os laços entre política e academia e o novo arranjo de forças entre políticos e acadêmicos na agenda de pesquisa de cunho político. Esboço os palcos e as personagens principais que trataram a questão como uma área específica da ciência social. Por fim, defendo que a interdisciplinaridade foi o meio encontrado para superar as barreiras e costumes departamentais que dificultavam a sobrevivência acadêmica de pesquisas de feitiço mais aplicado às políticas públicas.

2. Desenvolvimento das Ciências Sociais

As ciências sociais, enquanto zona de experiências ocupada por estabelecimentos de ensino e empreendimentos de pesquisa, postos e profissionais, hábitos e tradições, começam

a se firmar no “mapa” cultural e intelectual nacional ao longo do século vinte. Do ponto de vista institucional, sua constituição e seu desenvolvimento ocorrem, sobretudo, entre as décadas de 1930 e de 1960. O corpo bibliográfico seminal a respeito da emergência das ciências sociais no contexto brasileiro dirigiu seu esforço descritivo e interpretativo para esse momento histórico da disciplina. Apesar da permanência de elementos significativos no padrão institucional desse primeiro momento, no fim da década de 1960 e, principalmente, a partir da década de 1970, as condições sociais da prática das ciências sociais passavam por mudanças em sua configuração, as quais tiveram impacto, por exemplo, em: seu padrão de pesquisa e de ensino, suas linhagens e tradições temáticas, técnicas e teóricas, seus intercâmbios internacionais e domésticos, sua demografia, suas salvaguardas ocupacionais e estatais, e suas agências de fomento e seu aporte de recursos.

É sobre essa configuração, por assim dizer, contemporânea das ciências sociais que recae este estudo de caso sobre o engajamento intelectual (às vezes, político) de cientistas sociais com a questão do meio ambiente. Mais precisamente, se circunscreve (1) cronologicamente ao intervalo entre 1968 e 2008 e (2) se volta para os processos de especialização no interior da disciplina e de suas subdisciplinas. Em outros termos, o estudo se dirige para aqueles processos de inovação temática e de formação de grupos passíveis de observação na história contemporânea da disciplina. Também mobiliza e elabora um inventário sucinto a respeito dos agrupamentos (mais ou menos especializados) dos cientistas sociais dedicados (integral ou parcialmente) ao estudo do que se poderiam chamar (com os termos dos proponentes) as “reciprocidades” entre “sociedade” e “natureza”. Essa linha de pesquisa foi tratada aqui como uma experiência espacialmente e temporalmente localizada tanto de formação de grupos quanto de inovação (ou “improvisação”) temática. Abaixo, o

estudo apresenta alguns elementos históricos a respeito desses dois “momentos” das ciências sociais, aqui assim tratados, e do “grupo temático” em questão, nessa ordem.

Em parte, inquirir a respeito da história recente da disciplina, e suas subdisciplinas, acabou por ser um desdobramento (menor, bem menor), quase incontornável, dos estudos a respeito da formação e desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, entre 1933 e 1969 (e.g. Ianni 1967; Fernandes 1977; Miceli 1989a; 1995a; Corrêa 1988; Jackson 2007). Tais estudos poderiam ser vistos em conjunto como a descrição, a interpretação e a explicação de uma experiência social no bojo de um processo de especialização intelectual (cultural) por que passava a sociedade brasileira, especialmente, após 1930 e, de modo impetuoso, em São Paulo.

Entre 1930 e 1960, verifica-se um processo de “institucionalização” da sociologia e, também, da etnologia e da

antropologia social no seio dos estabelecimentos universitários e de financiamento de estudos e debates.

Em 1933, é fundada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Em 1934, é implantada a Universidade de São Paulo, com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP). Nesses dois estabelecimentos, lecionaram figuras marcantes para a sociologia e etnologia no Brasil, como Paul Arbousse-Bastide, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Emílio Willems, Donald Pierson, Herbert Baldus, Fernando de Azevedo; e estudaram tantas outras com destaque nas ciências sociais, como Florestan Fernandes, Antonio Candido, Egon Schaden, Gioconda Mussolini, Gilda de Mello e Souza, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Oracy Nogueira; além de toda uma geração imediatamente posterior, como Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Eunice Durhan, Ruth Cardoso, Marialice Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Darcy Ribeiro.

No Rio de Janeiro, em 1935, é fundada a Universidade do Distrito Federal (UDF), experiência de curta duração. Em 1939, a UDF foi, de certa maneira, substituída e absorvida no ato de implantação da Universidade do Brasil, com sua Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi). Estudaram ciências sociais nessa faculdade Alberto Guerreiro Ramos e Luiz de Aguiar Costa Pinto, sociólogos atuantes no debate e na pesquisa em torno das ciências sociais nas décadas seguintes, o último veio a ser parte de seu corpo docente. Entretanto, no Rio de Janeiro, os centros do debate das ciências sociais foram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, o Ibsp (fundado em 1953 e em atividade até 1956) e seu “substituto”, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb (fundado em 1955 e fechado em 1964 pela ditadura militar que naquele ano tomava de assalto o estado brasileiro). A FFCL-USP (e.g. com Fernandes), a FNFi (e.g. com Costa Pinto), em menor medida, e a seqüência Ibsp/Iseb (e.g. com Guerreiro Ramos) configuraram um eixo fundamental de competição e

cooperação entre Rio de Janeiro e São Paulo no (e, talvez, pelo) domínio das ciências sociais (Miceli 1987).

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, a implantação de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLs) em Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco vem acompanhada da oferta de cursos de ciências sociais, com maior ou menor sucesso no recrutamento de estudantes ou na continuidade de suas atividades.

Enfim, sem orquestração entre os estados, a princípio, e dependente dos humores dos grupos dirigentes regionais, as ciências sociais tornavam-se paulatinamente um “fenômeno” de escala nacional.

A multiplicação de estabelecimentos de ensino superior pelo país expande regionalmente os cursos e as cátedras vinculadas à ciência social. Com a contribuição oriunda de outras regiões, a atividade nacional em torno da disciplina passa por um processo de desconcentração, no qual o eixo Rio

– São Paulo mantém-se como protagonista, ao mesmo tempo em que sua manutenção exige algum concerto entre os diversos praticantes e estabelecimentos de ciência social.

Os estabelecimentos de ensino superior, como as FFCLs, são criados ou absorvidos pela “organização universitária” (Miceli 1987) da atividade intelectual e científica na sociedade brasileira. A universidade, mais e mais, recruta, reproduz e retém os intelectuais, tornando-se o principal ambiente de frações da camada intelectual. Enfim, essa configuração universitária — das ocupações e disposições científicas e intelectuais — ganha importância não só como condição do desenvolvimento das ciências sociais, mas também como meio para sua manutenção e reprodução.

O fomento à ciência social no Brasil também é subvencionado por organizações estrangeiras ou internacionais.

A ELSP percebeu recursos provenientes do Smithsonian Institution, instituto educacional e investigativo fundado e

administrado pelo governo estadunidense. O sociólogo estadunidense Donald Pierson, professor da ELSP a partir de 1939 até 1959, dirigiu a seção brasileira do Instituto de Antropologia Social (ISA) do Smithsonian, entre 1945 e 1952. A subvenção do Smithsonian à ELSP cessa na década de 1950.

A Unesco, organização vinculada às Nações Unidas (ONU) e dedicada a assuntos educacionais, culturais e científicos, em seus primeiros programas, já propugnava pela ação no domínio das ciências sociais tanto no ensino quanto na pesquisa. No Brasil, sob os auspícios da Organização, dois projetos marcaram época. No começo da década de 1950, inicia-se o projeto da Unesco sobre questões raciais, com participação de cientistas sociais nativos e estrangeiros nas pesquisas feitas no Brasil. E, em 1957, no Rio de Janeiro, a Unesco cria o Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais, o Centro (hoje, Clapcs é a abreviação de uso corrente). Os dois projetos

desapareceram com o fim das subvenções da Organização.

(De Oliveira 2005; 1995)

Com Anísio Teixeira a sua frente, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, a Capes, órgão estatal criado em 1951, no Rio de Janeiro, então capital federal, não demora em encomendar uma avaliação da situação das ciências sociais ao sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto. O resultado dessa avaliação foi publicado por esse, em colaboração com Édison Carneiro, em 1955 (cf. Costa Pinto 1955). A disciplina “ciências sociais” ocupava e firmava-se no território educacional e científico nacional.

Os praticantes da disciplina constituíram agremiações vinculadas a sua ocupação enquanto sociólogos ou antropólogos. Já em 1934, havia sido fundada a Sociedade de Sociologia de São Paulo, a qual veio a ser a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em 1948 (ou 1950, no material de segunda mão consultado, há uma vacilação entre esses

anos que não pôde ser dirimida). A SBS está em funcionamento desde então. Em 1953, é constituída a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a qual também segue em atividade. Organizações de cientistas sociais como essas funcionavam como instâncias de articulação ou de aliança dentro das instituições de ensino superior ou fomento e também entre instituições da mesma região ou de diferentes regiões. Para verificar tal afirmação, bastaria observar os locais de reuniões e o perfil dos titulares dos cargos de direção dessas agremiações.

O delineamento das subdisciplinas em ciências sociais não ocorre de modo imediato à institucionalização da disciplina no sistema de ensino superior. A FFCL-USP passou a conceder títulos de mestre e doutor em Sociologia, Antropologia e Ciência Política apenas a partir de 1947. Na mesma época, a ELSP concedia títulos de mestre e doutor em Ciências Sociais, apenas (Corrêa 1988: 89). É importante destacar que até a

década de 1960, apenas essas instituições, sobretudo a FFCL-USP, concediam títulos de pós-graduação no domínio das ciências sociais (Lamounier 1981).

Alguns empreendimentos científicos são arrastados e arrasados pelo torvelinho político experimentado no país entre 1964 e 1968, período de emergência e recrudescimento de uma ordem política autoritária.

Dentre eles, chama a atenção, já em 1964, o fechamento do Iseb, sediado na cidade do Rio de Janeiro. E também a cassação do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, membro do Iseb até 1958. Outra figura que teve passagem pelo Iseb também teve seus direitos políticos cassados no mesmo ano, era Celso Furtado. Sobre a cassação deste último e o impacto disso para o pensamento social brasileiro, há uma manifestação contundente e corajosa de Octavio Ianni feita no Hotel Glória, no Rio de Janeiro (Ianni 1967). Manifestação que também denotava a rivalidade estabelecida entre a escola

sociológica paulista e os isebianos, pois silenciava sobre a cassação de Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, por exemplo.

A isso se soma a aposentadoria compulsória dos sociólogos Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros. Durante a vigência das cátedras, o primeiro foi titular da cadeira de Sociologia 1, o segundo e o terceiro, seus assistentes. Em 1969, os dois primeiros estavam vinculados ao departamento de sociologia e o terceiro havia sido recentemente incorporado ao departamento de ciência política. Todos estavam vinculados a Universidade de São Paulo. E, em conjunto, conformaram uma prática científica particular que se convencionou denominar por “escola sociológica paulista” (Arruda 1995). Os atos discricionários não atingiram exclusivamente cientistas sociais ou apenas seus quadros isebianos e paulistas, longe disso. Mas a centralidade do Iseb e da FFCL-USP no domínio das ciências sociais entre as décadas de 1950 e 1960 não autoriza sua omissão quando

é feita qualquer referência aos efeitos deletérios da ordem política autocrática recém instalada sobre as instituições de ensino e de pesquisa.

3. Inovação Institucional e Intelectual

O próprio processo de constituição das ciências sociais no meio intelectual brasileiro veio a ser um tema presente nas pesquisas contemporâneas. O relacionamento entre o conjunto de elementos historiográficos, sociográficos, biográficos, bibliográficos concernente às ciências sociais — do qual pincei somente alguns — atraiu o interesse dos próprios cientistas sociais, os quais acabaram por constituir, sobretudo, nas últimas três décadas, uma linha de pesquisa profícua e um corpo de estudos respeitável. Apesar da visibilidade e importância dos resultados de pesquisa alcançados em instituições de São Paulo (e.g. Miceli 1989a), a história das ciências sociais foi, e é, objeto de estudos em diferentes instituições e regiões.

Como desdobramento das investigações que avançam até a década de 1960, é necessário apontar os fenômenos que contrabalançaram, por exemplo, os fechamentos de institutos, as cassações de intelectuais, a aposentadoria compulsória de professores universitários. O foco de tal exposição é a reconfiguração do domínio das ciências sociais seja por mudanças na sociedade como um todo seja por mudanças na organização dos locais de sua prática.

Com a reforma universitária iniciada em 1968 (mas vislumbrada desde a primeira metade da década de 1960 com a reorganização das universidades federais), a carreira universitária passou a contar com outra configuração de salvaguardas institucionais e de padrão de trabalho acadêmico. Era como se a universidade brasileira estivesse sendo reinventada (cf. Velho 1983: 248-51; ou Corrêa 1988: 89). A organização por cátedra da universidade é substituída pela organização departamental. A universidade também assume

um contorno mais burocrático, sobretudo, com a combinação de critérios acadêmicos com critérios burocráticos de ascensão na carreira universitária (Sorj 2001). Naturalmente, esse processo de reforma não é consensual, sobretudo, por ser implementado dentro de uma ordem política autoritária e militarizada (Fernandes 1970; 1976). Contudo, a universidade organizada dessa maneira acabou por ser consolidada com a reforma universitária cujo “cenário institucional” (Miceli 1995b) assegurado por ela continua vigente.

O sistema de pós-graduação começa a apresentar seus primeiros resultados, seja na formação nacionalizada, seja na estrangeira de mestres e doutores: levas de pós-graduados em programas de outros países começam a retornar já na década de 1970, disputando posições no sistema universitário em expansão (Velho 1983).

O intercâmbio universitário promovido pela pós-graduação pode ter servido como catalisador no processo de

diferenciação no interior da disciplina. O “sistema de produção dos produtores” (Bourdieu 1987a) tornava-se mais multifacetado tanto com a expansão nacional dos cursos pós-graduados quanto com a subvenção dos estudantes quer na Europa quer na América. Situação diferente daquela formação pós-graduada exclusivamente nacional cujo acabamento seria o visto de saída para a trajetória internacional do cientista social, como almejava Florestan (1977). Em suma, no bojo desse processo de internacionalização dos mercados universitários ocidentais no pós-guerra (Karady 1998), os cientistas sociais atuantes nas ciências sociais brasileiras parecem, em alguns casos, experimentar contextos de socialização diversos e, talvez, divergentes, o que apontaria, de certo modo, para uma diversificação dos “sistemas de disposições” do cientista social em ação no país (e.g. Velho 1983: 248-51).

O financiamento estatal (e.g. CNPq, Capes, Finep e, no caso paulista, Fapesp) garantiu estabilidade no aporte de recursos para pesquisa universitária e, em menor medida, privada. O financiamento externo (principalmente, da Fundação Ford) ganha importância, sobretudo, no suporte aos centros de pesquisa independentes (Miceli 1993). O relacionamento das ciências sociais com fundações estrangeiras (inclusive estadunidenses) não foi, é importante dizer, fenômeno exclusivamente brasileiro, ocorrendo, por exemplo, também na França (Mazon 1985).

As iniciativas de intercâmbio acadêmico e financiamento externo reposicionaram a sociologia estadunidense e os Estados Unidos no terreno das ciências sociais brasileiras, o que contrabalançou, mais e mais, a tradição de trabalho acadêmico herdada da missão francesa (Velho 1983; Peixoto 1989; Miceli 1990).

As subdisciplinas também granjearam sua identidade e paulatinamente tornavam-se vetores de identificação. Contudo, as demarcações territoriais no domínio das ciências sociais conformaram mais divisas domésticas do que fronteiras estrangeiras. O trânsito continuava permitido entre sociologia, antropologia e ciência política, porém as rotas de entrada e circulação em cada subdisciplina ficaram mais marcadas, canonizadas. Não levar isso em conta era correr o risco da inocência (acreditar em um jogo sem regras) ou da ignorância (desconhecer as regras do jogo).

A população de cientistas também encorpou ao longo do vintênio 1970-1990. O número de cursos de ciências sociais cresce em todo país (Lamounier 1981).

A combinação de crescimento da oferta de cursos, logo, de diplomados em ciências sociais, e de programas de pós-graduação altera paulatinamente “o tamanho relativo do

contingente de profissionais formalmente habilitados a ingressar no mercado de trabalho.” (Miceli 1995b: 12)

Nesse período, surgem outros centros privados de pesquisa em ciências sociais (Cebap, Cedec, etc.). Confirmando a persistência desse padrão de consolidação institucional na produção das ciências sociais brasileiras.

As associações profissionais de cientistas sociais fortalecem-se e passam a desempenhar um importante papel na circulação da produção intelectual desses agentes, no seu concerto e na sua consagração (Velho 1983). Isso vale tanto para as que surgiram (e.g. Anpocs) quanto para aquelas que ressurgiram (e.g. ABA) na década de 1970 e seguintes. Um índice interessante da importância adquirida por esse tipo de organização profissional na prática do cientista social pode ser observado com a formação de novas associações a partir de membros de uma antiga: por exemplo, os “sociólogos ambientais”, os “ecólogos políticos” e os “desenvolvimentistas

sustentáveis” fundaram uma associação própria, a Anppas, congregando pesquisadores e programas de pós-graduação de “ambiente e sociedade” (Ferreira 2002: 90), por considerar que contavam com pouco ou nenhum espaço na Anpocs.

A expansão e a desconcentração dos postos universitários foram acompanhadas da fragmentação das linhas de pesquisa. Se um fenômeno é a causa do outro, é algo difícil de estabelecer, porém, é certo que a morfologia institucional do período proporcionava uma condição favorável para uma maior dispersão das linhas de pesquisa (os temas) dos cientistas sociais, graças à liberdade relativa engendrada pela conquista de um posto em uma organização mais horizontal como os departamentos.

Essa experiência de desconcentração das ciências sociais também é regional, do Rio de Janeiro e São Paulo para Minas Gerais, sul e nordeste brasileiros e distrito federal; e é disciplinar, da sociologia para a antropologia e a ciência política

(Velho 1983). Essa regionalização universitária tem como terreno exemplar de análise e demonstração o caso da ascensão de Minas Gerais como um importante centro de produção de ciência social (Arruda 1989).

VI CAPÍTULO. FRONTEIRA DISCIPLINAR E SUA ADUANA

1. Ciências Sociais e Ecologia

É importante revisitar algumas análises e interpretações a respeito do caso particular que deu início a esta investigação: o tema sociedade e natureza na ciência social brasileira. A emergência desse tema coincide com o momento histórico apresentado sucintamente acima. Nesse sentido, o grupo de cientistas sociais que se configurou em torno dessa linha de pesquisa “socioambiental” (etc.) foi objeto de algumas considerações “en passant” nos textos sobre o tema, as quais são apresentadas a seguir.

O trabalho a respeito do tema sociedade e natureza feito por cientistas, universitários e intelectuais tem seu surgimento associado ao processo político ocidental que promoveu a preocupação “ecológica” em escala mundial (e.g. environmentalism, ecodéveloppement, Umweltbewegung, deep ecology, ecopolitics, environmental policies, Green Party,

ecologismo, ecologia política e assim por diante). Enfim, a cronologia política do fenômeno é sobreposta à cronologia científica e intelectual do mesmo.

Representante dessa hipótese, no caso brasileiro, é a “teoria do multissetorialismo” (Viola 1987; 1995a; 1995c). Ela trata “a emergência e a evolução” do “movimento ambientalista” enquanto um movimento social imbuído de novos valores e práticas e com um papel “especial” nas sociedades contemporâneas. Esse movimento constitui-se como uma “idéia-força” que se dissemina, mais e mais, nos e pelos “setores” da sociedade, e nas e pelas consciências dos “atores”. Esse processo de difusão, aliás, “ambientalização” da sociedade deu-se em três etapas. A “bissetorial”, ao longo da década de 1970, na qual o governo brasileiro, devido à influência internacional, constituiria instituições e leis ambientalistas, ademais as burocracias estatais ambientais e os ativistas ambientalistas da sociedade civil manteriam um

diálogo, em que aqueles predominariam. A seguinte na qual se iniciaria o “ambientalismo mutissetorial”, isto é, a ambientalização se expandiria e se espalharia para vários setores e atores. E uma última etapa desencadeada a partir da (e pela) Rio-92, na qual o multissetorialismo se consolidaria com a convergência de diversos atores em torno do ideal do “desenvolvimento sustentável”. Os cientistas sociais teriam sido, então, “arrastados” pelo movimento ambientalista. Essa teoria permeia boa parte da produção das ciências sociais a respeito do “meio ambiente”, vale dizer, ela se fez hegemônica (Alonso 2002: 42).

O elemento “acadêmico” também é visto, indiretamente, como um dos “fatores endógenos” para o “nascimento da política verde”, pois haveria a tradição da natureza enquanto tema (Pádua 1991). Chamar a atenção para os fatores endógenos tem como finalidade refutar uma possível compreensão do surgimento do movimento ambientalista (a “política verde”,

seus feitos e efeitos) apenas pela “difusão exógena” de “idéias ambientalistas”. Desse modo, a constituição de uma “política verde” no Brasil teria sido possibilitada tanto pelos “fatores exógenos”, como a difusão das idéias verdes européias e o exílio europeu de ativistas, sobretudo os futuros fundadores do Partido Verde brasileiro, quanto pelos “fatores endógenos”, como o surgimento dos “novos movimentos sociais”, a visibilidade dos “problemas ambientais” (com a intensificação da urbanização, da industrialização e da agricultura predatória), a tradição de tematização da natureza na cultura brasileira, o surgimento de uma “nova classe média”. Apesar de “política verde” ter um sentido amplo, apenas se pode inferir que, nessa perspectiva analítica, uma possível explicação a respeito das ciências sociais também receberia tratamento semelhante. Porém, as hesitações se vêem diminuídas quando é relida a recomendação de que, na compreensão da “política verde”, seria salutar “uma combinação entre o fenômeno da difusão das idéias e o estudo sociológico das arenas onde elas se

manifestam, de forma a investigar, até onde é possível, as condições objetivas que tornam o solo social mais ou menos adequado para o seu enraizamento e expansão.” (Pádua 1991: 142)

Outra hipótese associa o surgimento de um contingente especializado de cientistas sociais no estudo de “sociedade e natureza” a uma “limitação” das teorias sociais clássicas (Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim) para tratar problemas sociais contemporâneos sui generis. Esse modelo explicativo é um tanto funcionalista, pois a manutenção da integração simbólica, agora ameaçada pela inabilidade da teoria social clássica em produzir respostas satisfatórias, ou seja, símbolos eficientes, geraria outro grupo de agentes e empreendimentos para cumprir a “função” não mais atendida pelos “clássicos”. Ele foi usado para analisar a formação da “environmental sociology” estadunidense (Buttel 1986). A sociologia ambiental estadunidense também se enquadra nessa organização

bastante anglo-saxônica do saber e da pesquisa que são os “area studies” (Velho 1983). O modelo funcionalista de insuficiência da teoria social clássica como gerador de “outras” teorias sociais e empreendimentos científicos também foi re-aplicado para compreender a formação de uma pretensa congênere dessa área de estudos estadunidense no Brasil (Ferreira 2002). Os resultados são menos convincentes do que aqueles alcançados no caso estadunidense, sobretudo, porque o “cenário institucional” (Miceli 1995b) no Brasil guarda especificidades em relação àquele nos Estados Unidos.

Essas três orientações analíticas são perpassadas pela hipótese, senão uma certeza, do efeito demonstração gerado pela “constatação” da “degradação ambiental”, da “destruição natural”, da “depleção atmosférica” etc. A combinação das vertentes analíticas acima continua atual e atualizada, mesmo em propostas recentes de estudo dessa produção das ciências sociais e disciplinas vizinhas (e.g. Ferreira 2006). Às vezes, o

“espírito dos 60” (sobretudo, a “contracultura”) aparece como uma espécie de Zeitgeist que orientaria a prática dos agentes sociais, dentre eles, os cientistas sociais, rumo a outros problemas, teorias, preocupações, interesses (Buttel 1986; Ferreira 2002).

Assim, o princípio explicativo dessa produção simbólica (cultural, intelectual, científica, política) é pouco ou nada procurado na própria estrutura e história ou do campo das ciências sociais brasileiras em particular ou de produção cultural em geral; nem sequer para se buscar as mediações necessárias para que uma demanda externa por bens culturais sobre “sociedade e natureza” fosse atendida, internalizada pelas ciências sociais, ou seja, que recebe uma oferta particular de um campo de produção cultural particular.

Além dessas análises tangenciais, há os balanços bibliográficos da produção das ciências sociais brasileiras a

respeito de “sociedade e natureza”, na verdade, apenas dois estão publicados (Vieira 1992; Alonso 2002).

O primeiro balanço é um “mapeamento preliminar” da “pesquisa focalizando um conhecimento mais acurado dos processos interativos sociedade–meio ambiente” nas ciências sociais no Brasil (Vieira 1992). Esse balanço fornece muitos elementos descritivos para compreensão da emergência dessa produção particular das ciências sociais e, ao mesmo tempo, fornece poucos elementos explicativos a respeito da mesma. Essa ambivalência tem suas razões de ser. Pois, por um lado, o próprio “mapeamento” acaba por descrever parcialmente as condições em que se dava essa emergência nas ciências sociais ao apresentar a produção bibliográfica do momento, apesar do autor não fazer e nem pretender a análise disso. Por outro, o elemento explicativo inscreve-se na “tese do multissetorialismo” (Viola 1987), ou seja, a consciência ambiental se difundiria pelo mundo por meio da ação de certos

agentes, para Vieira (1992), os responsáveis pelos “diagnósticos e prognósticos” do “sistema mundial” em situação de crise: “Com as experiências pioneiras de diagnóstico e prognóstico da dinâmica do “sistema mundial” em situação de crise ... , começa a se cristalizar uma consciência planetária dos riscos sócio-ambientais embutidos no projeto hegemônico da civilização industrial-tecnológica. Desde então, a pesquisa focalizando um conhecimento mais acurado dos processos interativos sociedade–meio ambiente encontra-se em rápida disseminação em todo o mundo.” (Vieira 1992: 3) Nessa vertente, a circulação das idéias a respeito das reciprocidades entre “sociedade e natureza” se daria por uma espécie de efeito “snow ball”, um agente social “conscientiza” outro, que a outro conscientiza, e assim por diante, até conscientizar os cientistas sociais brasileiros.

O segundo balanço, até então o último, trata especificamente da bibliografia a respeito de “meio ambiente” produzida “fora”,

“nas fronteiras” e “no interior” das ciências sociais (Alonso 2002). O balanço da “literatura brasileira” é precedido pelo “balanço da literatura internacional sobre a questão ambiental”, não exaustivo. Isso para se apresentar sucintamente as principais clivagens da bibliografia internacional, tencionando, assim, uma perspectiva comparada entre as duas bibliografias, a nacional e a estrangeira. Nesse balanço, a preocupação não é elucidar as condições de “emergência dos estudos sobre meio ambiente no Brasil”, apesar de os autores trazerem alguns elementos de sua configuração (com um caráter introdutório, sobretudo), mas sim organizar essa bibliografia “a partir de grandes enfoques e troncos temáticos”. Mesmo assim, alguns elementos a respeito dessa emergência podem ser pinçados:

Em primeiro lugar, quando do aparecimento de “estudos desse gênero” na Europa e nos Estados Unidos, o tema do desenvolvimento prevalecia no debate brasileiro e

predominavam os “estudos ‘ecológicos’ técnicos, redigidos, sobretudo por cientistas naturais.” Ou seja, a constituição de um “campo de estudos ambientais” no Brasil se daria com um relativo atraso em relação aos casos europeu e estadunidense. (Alonso 2002: 39)

Em segundo lugar, seria com o processo de redemocratização brasileiro que a “questão ambiental” ganharia relevância, por ocasião do retorno dos muitos militantes de esquerda exilados e com alguma permanência na Europa, manancial das “preocupações ecológicas dos novos movimentos sociais europeus” trazidas na bagagem (Alonso 2002: 40).

E, em último lugar, os cientistas sociais voltavam sua atenção para a questão ambiental a partir do “desdobramento de temas vizinhos”, dos quais se destacariam os temas pesquisados na sociologia rural e na sociologia dos movimentos sociais. De modo geral, essa atenção só ganharia corpo após a Rio-92 (Alonso 2002: 40).

Como se pode observar, os elementos explicativos mais convincentes são apresentados nesse último balanço, ainda que isso não seja o objetivo. Pelo menos, nota-se a preocupação de buscar na própria história das ciências sociais (e.g. hegemonia do tema do desenvolvimento na década de 1970 ou o desdobramento de temas vizinhos como sociologia rural e dos movimentos sociais) o princípio da ação histórica de seus praticantes.

2.

As condições de notoriedade de um grupo são um fator de relevância social de sua atuação e consubstanciam as análises da história intelectual, mas também há a história dos grupos de intelectuais de pouca ou nenhuma notoriedade, que desafiam a análise por quase não deixarem rastros de sua passagem pela cidadela acadêmica, não possuindo, por exemplo, nomes em obras de referência ou lugar cativo nas agremiações profissionais de sua disciplina. O prestígio dos autores e das

obras estudadas, se existem, não apresentam indícios para sua mobilização de maneira eficiente. Por exemplo, pouco ou nada há de ser encontrado nos quatro volumes de *O que ler na ciência social brasileira* (Miceli 1999; 2002), aqui invocado para servir de índice de consagração de linhas de pesquisa contemporâneas. Além disso, suas figuras de proa estão “alijadas”, há algum tempo, da Anpocs (cf. Ferreira 2002), principal associação de cientistas sociais em território nacional. Em resumo, o grupo em questão apresenta um padrão de relacionamento com instituições de consagração e de celebração que difere de outros grupos seja no aproveitamento privilegiado das instituições seja na necessidade de passar pelo seu crivo ou na articulação para acessá-las. Naturalmente, esse relacionamento “desfavorável” com certas instituições não pode escapar à observação, mas isso ainda não é suficiente.

Além disso, a falta de notoriedade faz com que pouco se registre a respeito desses acadêmicos, que apesar de terem

uma audiência, não contam com seguidores, que são os artífices da reputação intelectual, a começar por trazer inventários sobre tais autores e escritos mais ao alcance das mãos de intelectuais mais afastados das imediações institucionais e intelectuais desses grupos engajados. Os curtos perfis biográficos que aparecem perdidos em um prefácio ou em uma apresentação são pouco nítidos em relação às outras biografias da geração ou das gerações anteriores. As bibliografias estão menos sistematizadas e menos marcadas pelas histórias e disputas entre os praticantes da disciplina. As relações entre esses cientistas sociais e o contexto social formado por outros cientistas sociais, acadêmicos, intelectuais, políticos, e assim por diante, resisem à observação e à interrogação sociológica simplesmente por não haver “sociografia” à disposição. (A disponibilidade de dados sobre vida e obra é um fenômeno sociológico, antes de ser resultado de empreendimentos intelectuais pessoais de historiadores, biografós, resenhadores etc.)

A relevância de um assunto no meio acadêmico cresce à medida que esse assunto cria oportunidades internacionais de trânsito intelectual, mas também de trânsito rumo aos, ou entre os, centros acadêmicos nacionais de maior reputação interna ou externa. A investigação recai sobre um “cenário institucional” com empreendimentos de ensino e pesquisa, agências de fomento e financiamento que já estão estabelecidos. Essas instituições de reprodução e manutenção das ciências sociais atuam em escala nacional. As instituições de circulação, consagração e celebração de autores e obras têm seu “peso funcional” modificado: a meu ver, traçam o contorno de outra hierarquia dos objetos das ciências sociais e seus cânones. Os postos universitários se avolumam, mas os pretendentes se multiplicam, ainda mais com a “nacionalização” da pós-graduação. Os acadêmicos não estão mais nucleados ou agrupados em torno de uma cadeira universitária, o que não significa estarem circunscritos aos departamentos: a concorrência e a cooperação entre os cientistas sociais podem

transbordar as instituições a que estão vinculados, em uma palavra, a formação de grupos ocorre de outras maneiras, sendo o tema de estudo uma forma de agregação. O fracionamento subdisciplinar e a fragmentação de linhas de pesquisa ampliam a constelação de objetos de ciência social. Os veículos de vulgarização da ciência social são renovados, outros editores universitários entram em cena, os empreendimentos editoriais não são exatamente os mesmos, nem contam com as mesmas preocupações e mercados. As estratégias de carreira e a política de distribuição de postos e “prêmios” parecem condicionadas pelo relacionamento que o agente consegue estabelecer, impor e manter com essas instituições domésticas de ciência social, o que não anula os esforços daqueles que também usam ou lançam mão das instituições estrangeiras de ciência social.

3.

Em uma perspectiva histórica, a ciência social entre a década de 1930 e 60 está em seu momento de constituição, ali a questão da institucionalização concentraria grande parcela do esforço investigativo. Conhecer as condições sociais que possibilitaram a emergência do cientista social e sua posição no microcosmo intelectual e no mundo social de então seria algo incontornável. Todavia, da década de 1960 em diante, o arranjo institucional da disciplina ou já está definido ou já está delineado, quer dizer, a ciência social desenvolve-se de maneira estável no que tange às suas instituições. Sendo assim, a investigação a respeito dos últimos quarenta anos da ciência social poderia contornar a questão da institucionalização, todavia, sem deixar de levar em conta os resultados de tal questionamento. Em termos gerais, o problema da pesquisa proposta aqui reside no estudo do relacionamento dos cientistas sociais com as instituições

específicas da disciplina ou a esta vinculadas. Conhecer como o cientista social se posiciona em seu próprio microcosmo, a ciência social, tornar-se-ia uma questão central. Em termos específicos, processos como a formação de grupos ou a inovação temática não seriam abordados enquanto “institution building”, processos de institucionalização, e sim como empreendimentos de pesquisa que indicariam modos de relacionamento com as instituições para fazer valer e fazer ver um posicionamento no interior da disciplina.

No caso do meio ambiente, é possível notar que a emergência do tema e dos grupos dedicados aos estudos sobre “sociedade e natureza” foram estudados enquanto um processo de institucionalização, o que só seria viável, se houvesse uma independência em relação às instituições estabelecidas da ciência social. Como comentado acima, o baixo rendimento da abordagem “institucionalizante” e “autonomizante” (e.g. Viola, Ferreira, entre outros) na investigação sobre o tema “sociedade

e natureza” fica evidenciado quando é feita a comparação com outra abordagem que trata, mesmo que de passagem, tais fenômenos enquanto empreendimentos da ciência social (e.g. Alonso), reconstituindo assim relações com outros temas, grupos e salvaguardas institucionais próprios da disciplina.

A inovação em relação aos temas de estudo ou o agrupamento são formas da cooperação e da competição entre a mesma geração ou diferentes gerações de cientistas sociais. A dedicação a certo tema é também a manutenção de certas relações sociais e intelectuais, as quais podem alcançar tamanho adensamento que não seria difícil identificar grupos sociais em ação. Além disso, a dedicação demanda os meios para sua realização no domínio da ciência social: é razoável pressupor uma razão para que certos trabalhos científicos sejam e possam ser iniciados e concluídos e outros não; ou que algumas abordagens, temas ou teorias sejam rechaçados enquanto outras são bem acolhidas. Enfim, são processos de

formação de grupos e dispersão temática característicos da ciência social brasileira contemporânea. (Jackson 2007)

Esse entrelaçamento entre os interesses pessoais e as constrações institucionais e as possibilidades intelectuais faz parte do arcabouço teórico da sociologia histórica contemporânea, sobretudo, a sociologia dos intelectuais, da ciência social e da ciência: Karady, Miceli, Passeron, Ringer, Bourdieu, Heilbron, Elias, dentre outros. A sociologia histórica trata mais ou menos concomitante os elementos historiográficos, biográficos e bibliográficos de uma dada experiência social. Tal perspectiva consegue assim abordar grupos em que as afinidades e as estratégias de carreira não eram evidentes, portanto, podiam repousar na convergência de fatores variados. Nesse sentido, noções como instituição, empreendimento, conduta de vida, trajetória, prática, estratégia, condição de possibilidade, inovação, estrutura de relações, hierarquia de objetos, dentre outras, renovam o

enquadramento mental na análise dessa experiência, com a liberdade de não ter de acionar a todo momento uma terminologia analítica, sem o prejuízo de ver escapar o sentido vivido e o sentido objetivo de uma parte desta experiência acadêmica recente.

CONCLUSÃO

Ao longo dos séculos dezenove e vinte, organizações públicas, instaladas com fins de educação, curadoria artística ou exame de assuntos públicos, carregaram grande parte da atividade acadêmica doméstica. Rotuladas de 'institutos' ou 'museus', elas ficavam sob controle governamental. Um assunto julgado relevante costumava ganhar um instituto ou museu dedicado a seu tratamento (por exemplo, os museus de história natural ou os institutos de agricultura). Entre os trinta e os sessenta, aflorou uma nova organização no meio acadêmico, que abriu espaço em prejuízo daquelas outras. Rotulada de 'universidade', ela nascia com a Universidade de São Paulo (USP). A ciência social acadêmica assomava nesse período e dentro desse tipo de organização. Até os sessenta, o detentor de uma cadeira disciplinar costumava ser a pessoa que

controlava o preenchimento das vagas nas universidades e, logo, uma parte considerável da agenda disciplinar.

A partir dos setenta, as universidades passaram a ser oficialmente o modelo organizacional da academia no Brasil. Reformas sucessivas concentraram em universidades a instrução e a investigação e nelas acomodaram os velhos museus e institutos. A vida intelectual era mais e mais uma carreira acadêmica. Além disso, o sistema departamental era adotado nas universidades e punha fim aos 160 anos de predomínio do catedrático enquanto unidade elementar da organização acadêmica. Diferindo dos congêneres estadunidenses, os departamentos brasileiros não estavam submetidos a qualquer modalidade de administração acadêmica fora do corpo docente. Assim, o acadêmico reunia todas as funções acadêmicas relacionadas à contratação, pesquisa, financiamento, bolsas e gestão.

Essa reforma pôs fim a dois poderes acadêmicos: o do estado e o do catedrático na pauta da agenda. Assim, o que seria estudado e como isso seria feito passou a ser da alçada de cada acadêmico. A dedicação exclusiva ao ensino era uma opção. Nesse mundo acadêmico fragmentado, sociólogos (e acadêmicos afins, como antropólogos e cientistas políticos) ampliavam seu escopo disciplinar: sua tática era remodelar assuntos antigos de modo a incluir assuntos recentes como objetos sociológicos. A despeito disso, o governo ainda matinha sua própria agenda de estudos e precisava lidar com esse novo arranjo de forças entre política e academia para atingir suas metas.

O caso da questão ambiental é interessante para entender a agenda de pesquisa brasileira, especialmente a agenda sociológica. O próprio governo tanto promoveu a questão enquanto política pública quanto buscou envolver acadêmicos na questão. Ademais, a sociologia e as disciplinas afins

rapidamente forjaram a questão ambiental num campo de pesquisa nacional.

O percurso histórico aqui descrito demonstra sumariamente como o governo tentou superar a falta de uma unidade própria de pesquisa e ensino sobre o meio ambiente a partir da atração de acadêmicos em universidades e centros de pesquisa públicos. A descrição enfocou as razões pelas quais o incentivo extramural em fazer pesquisas de cunho político-estatal incitava os acadêmicos individualmente, mas não coletivamente. O argumento aqui é que essas tentativas esbarravam na estrutura departamental e na cultura disciplinar, as quais perseguiram suas próprias agendas. Isso provocou a mudança da estratégia governamental de uma ênfase intradepartamental (na biologia) para uma interdepartamental (na universidade), no intuito de contornar a barreira departamental, atraindo acadêmicos um por um e de vários campos do conhecimento (*i.e.* das ciências naturais, sociais, médicas e aplicadas). O ponto de virada foi a promoção da questão ambiental em encontros de coordenação entre

acadêmicos (ENUMA), dos quais alguns cientistas sociais participaram. Esses encontros concluíram que a melhor forma de inserir o meio ambiente academicamente seria por meio de estruturas interdisciplinares. Em consequência, uma variedade interdisciplinar de pós-graduação proliferou no sistema universitário nacional, tendo como meta a pesquisa do assim chamado 'meio ambiente' e a formação em 'meio ambiente', suficiente para a consolidação desses estudos durante os noventa.

O argumento complementar é que esse cenário resultou de um arranjo específico de forças entre governo e academia, no qual o professorado controlava gradualmente a administração universitária e o governo permanecia como o principal financiador da educação superior. Na ciência social, as agendas dos pesquisadores, dos departamentos, das disciplinas e dos financiadores puderam ser harmonizadas em algumas instituições graças ao interesse pessoal de acadêmicos proeminentes, tornando possível tratar o tema 'ambiental' em alguns departamentos (*e.g.* UFSC e UNICAMP), mas sem ser isso suficiente para fazer o tema perdurar além do

tempo de influência pessoal de seus entusiastas (*cf.* Mol, 2006). Além disso, aqueles arranjos entre disciplinas e departamentos vieram a ser uma solução perspicaz ao vincular diretamente financiador e pesquisador, dispensando ambos do escrutínio disciplinar e departamental e franqueando a pesquisa e o ensino de interesse governamental. Porém, essa solução não conseguiu escapar da autonomia departamental em contratar, quer dizer, do processo de reprodução acadêmica e dos acadêmicos. Portanto, após tantos anos de desenvolvimento, os estudos do meio ambiente na ciência social (e em outras disciplinas) careciam ainda dos recursos intradepartamentais que afiançariam sua longevidade acadêmica. Desse modo, os estudiosos do meio ambiente vindos da ciência social ficaram obrigados a fazer carreira nas franjas do sistema universitário, quer dizer, naquelas unidades de ensino e pesquisa que menos exigissem uma atitude disciplinar tradicional.

REFERÊNCIAS

Abbott, Andrew (2001) *Chaos of Disciplines*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Abbott, Andrew (2005) “Linked Ecologies: States and Universities as Environments for Professions”, *Sociological Theory*, Vol. 23, No. 3, September, pp. 245-274.

Alimonda, Héctor (2002) *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*, Buenos Aires, CLACSO. (—, organizador)

Alonso, Ângela (2000) “Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil” (em colaboração com Valeriano Costa), 1ª apresentação 2000; em Alimonda, 2002, pp. 115-135.

Alonso, Angela (2002) 'Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: Um Balanço Bibliográfico' (em colaboração com Valeriano Costa), *BIB* 27(53): 35–78.

Alonso, Angela (2005) 'The Formation of the Brazilian Environmental Movement' (em colaboração com Valeriano Costa e Débora Maciel), *IDS Working Paper* (259): 1–28.

Anderson, Anthony (2002) 'From Agricultural Production to Sustainable Development', *The Ford Foundation's 40 Years in Brazil: A Partnership for Social Change* (editado por Nigel Brooke e Mary Witoszynsky). São Paulo, SP: Edusp.

Anstey, Henry (1868) *Munimenta Academica, or Documents Illustrative of Academical Life and Studies at Oxford*. London, Logmans Green Reader And Dyer.

Arruda, Maria Arminda D.N. (1989) “A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais”; em Miceli, 1989a, pp. 277-368.

Arruda, Maria Arminda D.N. (1995) “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”; em Miceli, 1995a, pp. 107-232.

Bastos, Elide Rugai (2006) *Conversas com Sociólogos Brasileiros: Florestan Fernandes et alli*. (em colaboração com

F. Abrucio, M. R. Loureiro, J. M. Rego), São Paulo, Editora

34.

Boeira, Sergio (2002) 'Ecologia Política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra', *Ambiente & Sociedade* 5(10): 85–105.

Boileau, Étienne (1268) *Le Livre des Métiers*. Paris, Imprimerie Nationale [Lespinnasse 1879].

Bourdieu, Pierre (1964) *Les Héritiers: Les Étudiants et la Culture*. (com a colaboração de Jean-Claude Passeron). Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1968) *La Reproduction: Éléments pour une Théorie du Système d'Enseignement*. (com a colaboração de Jean-Claude Passeron). Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1971) “Genèse et structure du champ religieux”, *Revue française de sociologie*, vol. XII, p. 295-334.

Bourdieu, Pierre (1975a) “Méthode scientifique et hiérarchie sociale des objets”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 1, janvier, p. 4-6.

Bourdieu, Pierre (1975c) “L’Ontologie politique de Martin Heidegger”, Actes de la recherche en sciences sociales, Vol. 1, nº 5-6, novembre, p. 109-156.

Bourdieu, Pierre (1976a) “La Production de l’idéologie dominante”, Actes de la recherche en sciences sociales, 2^o année, nº 2-3, juin, p. 3-73. (— e Luc Boltanski)

Bourdieu, Pierre (1976b) “Le Champ scientifique”, Actes de la recherche en sciences sociales, 2^o année, nº 2-3, juin, p. 88-104.

Bourdieu, Pierre (1982a) Leçon sur la leçon, Paris, Minuit, 1^{re} édition 1982.

Bourdieu, Pierre (1984) Homo academicus. Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1987a) “A institucionalização da anomia”, 1^a publicação 1987 ; em —, 1989, pp. 255-280

Bourdieu, Pierre (1989) La Noblesse d’État. Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1989) O poder simbólico, Tradução de F. Tomaz, 1ª edição 1989, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 8ª edição 2000.

Bourdieu, Pierre (1990) “Les Conditions sociales de la circulation internationale des idées”, 1re parution 1990, Actes de la recherche en sciences sociales, nº 145, décembre, 2002, p. 3-8.

Bourdieu, Pierre (1991) “The Peculiar History of Scientific Reason”, Sociological Forum, vol. 6, n. 1, March, pp. 3-26.

Bourdieu, Pierre (1992) As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário, 1ª edição 1992, Tradução de M.L. Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 1ª edição 1996.

Bourdieu, Pierre (1998) “Sur les ruses de la raison impérialiste”, Actes de la recherche en sciences sociales, nº 121-122, juin, p. 109-118. (— e Loïc Wacquant)

Bourdieu, Pierre (2000) “La Nouvelle vulgate planétaire”, Le Monde diplomatique, mai, p. 6-7. (— e Loïc Wacquant)

Bourdieu, Pierre (2004) *Esboço de Auto-Análise*, São Paulo, Companhia das Letras, [2005].

Bramson, Leon (1961) “The Rise of American Sociology”, 1st edition (chap. 4) 1961; em Tiryakian, 1971.

Brentano, Lujo (1870) *History and Development of Gilds*. (Preliminary Essay to English Gilds, written by Toumin Smith). London, Trübner.

Brooke, Nigel (2002) 'The Ford Foundation Brazil Office 1962–2002', *The Ford Foundation's 40 Years in Brazil: A Partnership for Social Change* (editado por Nigel Brooke e Mary Witoshynsky). São Paulo, SP: Edusp.

Buttel, Frederick H. (1986) “A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana”, 1ª publicação 1986, *Perspectivas*. Revista de ciências sociais, São Paulo, vol. 15, 1992, pp. 69-94.

Candido, Antonio (1965) *Literatura e sociedade*, 1ª edição 1965, São Paulo, Publifolha, 1ª edição 2000, São Paulo, Ouro Sobre Azul, 1ª edição 2006.

Capra, Fritjof (1984) *Green Politics: The Global Promise* (em colaboração com Charlene Spretnak). New York, NY: E.P. Dutton.

Cardoso, Fernando Henrique (1980) 'Perspectivas de Desenvolvimento e Meio Ambiente: O Caso do Brasil', *Encontros com a Civilização Brasileira* 3(20): 31–70.

Cassirer, Ernst (1924) *Linguagem e mito*, 1ª edição 1924, Tradução de J. Guinsburg e M. Schnaiderman, São Paulo, Perspectiva, 4ª edição 2003.

Cobban, Alan (1999) *English University Life in the Middle Ages*. London, UCL Press.

Comissione per la Storia dell' Università di Bologna (1909) *Chartularium Studii Bononiensis: Documenti per la Storia dell' Università di Bologna dalle Origini fino al Secolo XV*. Imola, Paolo Galeati.

Corrêa, Mariza (1988) "Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60", RBCS

Revista brasileira de ciências sociais, nº 6, vol. 3, fevereiro, pp. 79-98.

Corrêa, Mariza (1992) “Resenha: História das ciências sociais no Brasil, vol. 1, organização de Sergio Miceli”, RBCS Revista brasileira de ciências sociais, nº 18, ano 7, fevereiro.

Corrêa, Mariza (1995) “A antropologia no Brasil (1960-1980)”; em Miceli, 1995a, pp. 25-106.

Corrêa, Mariza (2001) “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”, Cadernos Pagu, n. 16, pp. 13-30.

Costa Pinto, Luiz de Aguiar (1955) Ciências sociais no Brasil, Rio de Janeiro, Capes. (— e Édison Carneiro)

Cunha e Melo, Manuel P. da (1999) Quem pensa o Brasil, Juiz de Fora, Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1999.

Denifle, Heinrich (1889) Chartularium Universitatis Parisiensis.

Denifle, Heinrich (1892) *Les Universités Françaises au Moyen-Age*. Paris, Émile Bouillon

Denord, François (2002) “Le Prophète, le pèlerin et le missionnaire. La circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 145, décembre, p. 9-20. (— e Bryant Garth)

Dezalay, Yves (1998) “Le ‘Washington consensus’. Contribution à une sociologie de l’hégémonie du néolibéralisme”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 121-122, mars, p. 3-22.

Dezalay, Yves (2007) ‘De la Défense de l’Environnement au Développement Durable: L’Emergence d’un Champ d’Expertise des Politiques Européennes’, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 33(166/167): 66–79.

Diégues Júnior, Manuel (1967) *As ciências sociais na América Latina*, São Paulo, Difel. (—, editor)

Dosse, François (1991a) *História do estruturalismo*. 1. O campo do signo, 1945-1966, 1ª edição 1991, Tradução de Á. Cabral,

São Paulo, Ensaio, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1ª edição 1993.

Dosse, François (1991b) História do estruturalismo. 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias, 1ª edição 1991, Tradução de Á. Cabral, São Paulo, Ensaio, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1ª edição 1994.

Drouard, Alain (1982) “Réflexions sur une chronologie: Le développement des sciences sociales en France de 1945 à fin des années soixante”, *Revue Française de Sociologie*, Volume 23, Numéro 1, p. 55-85.

Duby, Georges (1993) *A History of Private Life: Revelations of the Medieval World*. (em colaboração com Phillippe Ariès.) Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

Dunlap, Riley (1979) 'Environmental Sociology' (em colaboração com William Catton, Jr), *Annual Review of Sociology* (5): 243–73.

Dupuy, Jean-Pierre (1980) *Introdução à crítica da ecologia política*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Durkheim, Émile (1895) *As regras do método sociológico*, 1ª edição 1895, Tradução de P. Nasseti, São Paulo, Martin Claret, 1ª edição 2003.

Durkheim, Émile (1938) *L'Évolution Pédagogique en France: Des Origines à la Renaissance*. Paris, Félix Alcan.

Elias, Norbert (1956) "Problems of Involvement and Detachment", *British Journal of Sociology*, vol. 7, n. 3, September, p. 226-252.

Elias, Norbert (1969) *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a Sociologia da Realeza e da Aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, [2001]

Elias, Norbert (1982) *Scientific Establishments and Hierarchies* (editado com H. Martins, R. Whitley). Dordrecht, Holland: Reidel.

Elias, Norbert (1989a) *The symbol theory*, London, SAGE, 1st edition [1991].

Elias, Norbert (1989b) Teoria simbólica, 1ª publicação 1989, 1ª edição 1991, Tradução de P. Valverde, Oeiras, Celta Editora, 1ª edição 1994.

Elias, Norbert (1991) Mozart: Sociologia de um Gênio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, [1995]

Fernandes, Florestan (1970) “Dilemas da reforma universitária consentida”, Revista mexicana de sociología, vol. 32, nº 4, Jul.-Ago., pp. 967-1004.

Fernandes, Florestan (1976) Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o ‘poder institucional’, São Paulo, Hucitec.

Fernandes, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil: Contribuição para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Fernandes, Florestan (1977) A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento, Petrópolis, Vozes.

Ferreira, Leila da C. (2002) 'Águas Revoltas: Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil' (em colaboração com Lúcia Ferreira), *BIB* 27(54): 83–100.

Ferreira, Leila da C. (2006) “Questões ambientais, interdisciplinaridade, teoria social e produção intelectual na América Latina” (em colaboração com S.R. Barbosa, J.L. Hoefel, R. Guimarães, D. Floriani, M. Giesbrecht), apresentado em 3 Encontro da ANPPAS, Brasília, dia 23-26, maio.

Forjaz, Maria Cecília S. (1997) “A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais”, *RBCS Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 35, fevereiro.

Fournier, Marcel (1890) *Statuts et Privilèges des Universités Françaises*. Paris, Émile Bouillon

Freyre, Gilberto (1937) *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo, Global, 7. Edição [2004].

Freyre, Gilberto (1945) Sociologia: Introdução ao Estudo de seus Princípios. São Paulo, ÉRealizações, [2009].

Goldblatt, David (1996) Teoria social e ambiente, 1ª edição 1996, Tradução de A.M. André, Lisboa, Instituto Piaget, 1ª edição 1998.

Guimarães, Roberto P. (1986) The ecopolitics of development in the Third World: politics and environment in Brazil, 1st publication (PhD diss.) 1986, Colorado, Lynne Rienner, 1st edition 1991.

Guimarães, Roberto P. (1991) *The Ecopolitics of Development in the Third World: Politics and Environment in Brazil*. Boulder, CO: Lynne Rienner.

Heilbron, Johan (1990) La Naissance de la sociologie, 1re édition 1990, Traduit par P. Dirkx, Paris, Agone, 1re édition 2006.

Hogan, Daniel Joseph (1995) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável, Campinas, Editora da

Universidade Estadual de Campinas. (— e Paulo F. Vieira, organizadores)

Ianni, Octavio (1967) “Sociologia da sociologia na América Latina”; em Diégues, 1967, pp. 203-229.

IBAMA (1990) *Textos Básicos do Segundo Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente*. Brasília: IBAMA.

IBAMA (1992a) *Universidade e Sociedade face à Política Ambiental Brasileira: Quarto Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente*. Brasília: IBAMA.

IBAMA (1992b) *Anais do Quinto Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: IBAMA.

Jackson, Luiz Carlos (2007) “Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)”, *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, 5. 19, n. 1, junho, pp. 115-130.

Jackson, Luiz Carlos (2014) *Sociologia no Espelho: Ensaístas, Cientistas Sociais e Críticos Literários no Brasil e na*

Argentina, 1930-1970 (em colaboração com Alejandro Blanco), São Paulo, Editora 34.

Jacoby, Russel (1989) Os últimos intelectuais. A cultura americana na era da academia, São Paulo, Trajetória Cultural, Edusp, 1ª edição 1989.

Jacoby, Russel (1999) O fim da utopia. Política e cultura na era da apatia, 1ª edição 1999, Tradução de C. Marques, Rio de Janeiro, Record, 1ª edição 2001.

Kalinowsky, Isabelle (2005) “Leçons wébériennes sur la science et la propagande”; em Weber, 1917.

Karady, Victor (1976) “Durkheim, les sciences sociales et l’Université : un bilan d’un semi-échec”, Revue Française de Sociologie, Volume 17, Numéro 2, p. 267-311.

Karady, Victor (1998) “La République des lettres des temps modernes. L’internationalisation des marchés universitaires occidentaux avant la Grande Guerre”, Actes de la recherche en sciences sociales, nº 121-122, mars, p. 92-103.

Kuhn, Thomas S. (1962) A estrutura das revoluções científicas, 1ª edição 1962, 2ª edição 1970, Tradução de B.S. Boeira e N. Boeira, São Paulo, Perspectiva, 9ª edição 2006.

Lamounier, Bolívar (1981) “Expansão e institucionalização das ciências sociais no Brasil: um estudo preliminar”, mimeo, citado por Velho, 1983, passim.

Leis, Héctor Ricardo (1991) Ecologia e política mundial, Rio de Janeiro, Vozes. (—, organizador)

Lepennies, Wolf (1985) As três culturas, 1ª edição 1985, Tradução de M.C. Cescato, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1ª edição 1996.

Lespinasse, René de (1879) Les Métiers et Corporations de la Ville de Paris XIIIe Siècle. Avec Le Livre des Métiers d'Étienne Boileau. Paris, Imprimerie Nationale.

Liedke Filho, Enno D. (2005) “A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios”, Sociologias, Porto Alegre, Ano 7, nº 14, jul/dez, pp. 376-437.

Marx, Karl (1859) Contribuição à Crítica da Economia Política.

Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo, Flama [1946].

Marx, Karl (1867) O Capital. São Paulo, Nova Cultura [1996].

Mazon, Brigitte (1985) “La Fondation Rockefeller et les sciences sociales en France, 1925-1940”, *Revue française de sociologie*, vol. XXVI, nº 2, avril-juin, p. 311-342.

Merton, Robert K. (1937) “The Sociology of Knowledge”, *Isis*, vol. 27, n. 3, November, p. 493-503.

Merton, Robert K. (1938) “Science and Social Order”, *Philosophy of Science*, vol. 5, n. 3, July, p. 321-337.

Miceli, Sergio (1987) “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil”, *RBCS Revista brasileira de ciências sociais*, nº 5, vol. 2, outubro, pp. 5-26.

Miceli, Sergio (1989a) *História das ciências sociais no Brasil*. Volume 1, 1ª edição 1989, São Paulo, Sumaré, 2ª edição 2001. (—, organizador)

Miceli, Sergio (1989b) “Por uma sociologia das ciências sociais”; em —, 1989a, pp. 11-28.

Miceli, Sergio (1990) A desilusão americana. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos, São Paulo, Sumaré.

Miceli, Sergio (1993) 'A Fundação Ford e os Cientistas Sociais no Brasil, 1962–1992', em *História das Ciências Sociais no Brasil: Vol. 2* (editado por Sergio Miceli). São Paulo, SP: Sumaré [1995].

Miceli, Sergio (1993) A Fundação Ford no Brasil, São Paulo, Sumaré. (—, coordenador)

Miceli, Sergio (1995a) História das ciências sociais no Brasil. Volume 2, São Paulo, Sumaré. (—, organizador)

Miceli, Sergio (1995b) “O cenário institucional das ciências sociais no Brasil”; em —, 1995a, pp. 7-24.

Miceli, Sergio (1999) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), (3 volumes: Sociologia; Antropologia; Ciência Política), São Paulo, Sumaré. (—, organizador)

Miceli, Sergio (2002) O que ler na ciência social brasileira (1970-2002), Volume 4, São Paulo, Sumaré. (—, organizador)

Miceli, Sergio (2012) Vanguardas em Retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano, São Paulo, Companhia das Letras.

Mills, C. Wright (1951) A Nova Classe Média, Rio de Janeiro, Zahar, 2. edição [1976].

Mills, C. Wright (1959) A imaginação sociológica, 1a edição 1959, Tradução de , Rio de Janeiro, Zahar, 3ª edição 1972.

Mol, Arthur (2006) 'From Environmental Sociologies to Environmental Sociology? A Comparison of US and European Environmental Sociology', *Organization Sociology* 19(5): 5–27.

Oliveira, Lúcia L. de (1995) “As ciências sociais no Rio de Janeiro”; em Miceli, 1995a, pp. 233-308.

Oliveira, Lúcia L. de (2005) “Diálogos intermitentes. Relações entre Brasil e América Latina”, *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 7, nº 14, jul/dez, pp. 110-129.

ONU (1982, August) *United Nations Environment Programme: Report of the Governing Council on its Session of a Special Character and 10th Session* (Supplement No. 25: A/37/25). New York, NY: General Assembly Official Records (37th Session).

Ophuls, William (1977) *Ecology and the Politics of Scarcity: Prologue to a Political Theory of the Steady State*. San Francisco, CA: W.H. Freeman.

Ortiz, Renato (1985) *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense.

Ortner, Sherry B. (1984) “Theory in Anthropology since the Sixties”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 26, n. 1, Jan., p. 126-166.

Pádua, José Augusto (1991) “O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos”; em Leis, 1991, pp. 135-161.

Parsons, Talcott (1973) *The American University*. Cambridge, (with G. M. Platt, N. J. Smelser). Massachusetts, Harvard University Press.

Passeron, Jean-Claude (1991) *O raciocínio sociológico. O espaço não-popperiano do raciocínio natural*, 1ª edição 1991, Tradução de B. Sidou, Petrópolis, Vozes, 1ª edição 1995.

Peirano, Mariza G.S. (2000) “A antropologia como ciência social no Brasil”, *Etnográfica*, Vol. 4, nº 2, pp. 219-232.

Peixoto, Fernanda A. (1989) “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras, 1930-1960”; em Miceli, 1989a, pp. 477-531.

Pires, Alexandre Lucas (2007) *Reflexões sobre a gênese dos estudos ambientais brasileiros: estudo de sociologia das ciências sociais*, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Pontes, Heloisa (1998) *Destinos mistos: os críticos do Grupo
Clima em São Paulo (1940-1968)*, São Paulo, Companhia
das Letras.

Ramos, Alberto Guerreiro (1981) *The New Science of
Organizations: A Reconceptualization of the Wealth of
Nations*. Toronto, ON: University of Toronto Press.

Rashdall, Hastings (1895) *The Universities of Europe in the
Middle Ages*. Oxford, Clarendon Press.

Ridder-Symoens, Hilde de (1992) *The History of University in
Europe*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.

Ringer, Fritz K. (1969) *O declínio dos mandarins alemães: a
comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*, 1ª edição 1969,
Tradução de D.D.A. Azevedo, São Paulo, Editora da
Universidade de São Paulo, 1ª edição 2000.

Ringer, Fritz K. (1997) *A metodologia de Max Weber: unificação
das ciências culturais e sociais*, 1ª edição 1997, Tradução de
G.C.C. De Sousa, São Paulo, Editora da Universidade de
São Paulo, 1ª edição 2004.

Rüegg, Walter (2004) *The History of University in Europe*.
Cambridge, UK, Cambridge University Press.

Sader, Emir (1996) “Nós que amávamos tanto o capital —
fragmentos para a história de uma geração”, 1ª publicação
1996, *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 7, nº 14, jul/dez, 2005,
pp. 150-177.

Saint Martin, Monique de (1988) 'À Propos d'une Rencontre
entre Chercheurs: Sciences Sociales et Politique au Brésil',
Actes de la Recherche en Sciences Sociales 14(71/72): 129–
34.

Salter, H. E. (1920) *Munimenta Civitatis Oxonie, or Documents
of the City of Oxford*. Devizes, George Simpson.

SEMA (1986a) *Anais do Seminário Nacional sobre
Universidade e Meio Ambiente*. Brasília: SEMA.

SEMA (1986a) *Informe Final do Seminário Nacional sobre
Universidade e Meio Ambiente*. Brasília: SEMA.

SEMA (1988a) *Anais do Terceiro Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente*. Brasília: SEMA.

SEMA (1988b) *Informe Final do Terceiro Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente*. Brasília: SEMA.

Sorj, Bernardo (1983) *Sociedade e política no Brasil pós-1964*, São Paulo, Brasiliense. (— e Maria Hermínia T. De Almeida, organizadores)

Sorj, Bernardo (2001) *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Staley, Edgcumbe (1906) *The Guilds of Florence*. London, Methuen.

Théret, Bruno (1994) “O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política. De uma clivagem esquerda/direita a uma fratura entre o financeiro e o social: o caso francês”, *RBCS Revista brasileira de ciências sociais*, nº 24, Ano 9, fevereiro.

Thompson, Edward P. (1997) Os românticos, a Inglaterra na era revolucionária, 1a edição 1997, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1a edição 2002.

Tiryakian, Edward A. (1971) The Phenomenon of Sociology: A Reader in the Sociology of Sociology, New York, Appleton-Century-Crofts. (—, editor)

Velho, Otávio (1983) 'Processos Sociais no Brasil Pós-64: As Ciências Sociais', em *Sociedade e Política no Brasil Pós-64* (editado por Bernardo Sorj e Maria H.T. Almeida). São Paulo, SP: Brasiliense.

Velho, Otávio Guilherme (1983) “Processos sociais no Brasil pós-1964: as ciências sociais”; em Sorj, 1983, pp. 240-261.

Verdès-Leroux, Jeannine (1981) “Champ scientifique et champ politique. L’Étude du Parti Communiste Français”, Actes de la recherche en sciences sociales, nº 36-37, février-mars, p. 25-31.

Vidal, Lux (1983) *O Índio e a Cidadania* (editado por Lux Vidal). São Paulo, SP: Brasiliense.

Vidal, Lux (1986) 'A Questão Indígena', em *Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento* (editado por José M.G. Almeida). São Paulo, SP: Brasiliense.

Vidal, Lux (1989) 'Questão Indígena e Meio Ambiente: Embates entre Culturas e Interesses Diferenciados', *São Paulo em Perspectiva* 3(4): 50–5.

Vieira, Paulo (1992) 'A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil, 1980–1990: Mapeamento Preliminar e Avaliação Crítica da Produção Acadêmica', *BIB* 17(33): 3–32.

Vieira, Paulo F. (1992) “A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990): mapeamento preliminar e avaliação crítica da produção acadêmica”, *BIB Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais*, Rio de Janeiro, nº 33, 1º semestre, pp. 3-32.

Viola, Eduardo (1987) 'O Movimento Ecológico no Brasil, 1974–1986: Do Ambientalismo à Ecopolítica', *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1(3): 5–26.

Viola, Eduardo José (1986) “Resenhas: Green Politics. The Global Promise, de Fritjof Capra e Charlene Spretnak”, RBCS Revista brasileira de ciências sociais, nº 1, vol. 1, junho, pp. 106-109.

Viola, Eduardo José (1987) “O movimento ecológico no Brasil (1974-1986). Do ambientalismo à ecopolítica”, RBCS Revista brasileira de ciências sociais, nº 3, vol. 1, fevereiro, pp. 5-26.

Viola, Eduardo José (1995a) “Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1974-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentado”; em Hogan, 1995. (— e Héctor Ricardo Leis)

Viola, Eduardo José (1995b) Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais, São Paulo, Cortez. (— e outros)

Viola, Eduardo José (1995c) “O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável”; em —, 1995b.

Wallerstein, Immanuel (1996) *Open the Social Sciences: Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*. Palo Alto, CA: Stanford University Press.

Weber, Max (1913) *Hindouisme et Bouddhisme*. Paris: Flammarion [2003].

Weber, Max (1917) *La Science, profession et vocation*, 1re parution 1917, 1re édition 1919, 1re édition critique 1992, Traduit par 1. Kalinowski, Paris, Agone, 1re édition 2005.

Weber, Max (1921) *Economia e sociedade. Fundamentos de sociologia compreensiva*, 1ª edição 1921, 5ª edição 1976, Tradução de R. Barbosa e K.E. Barbosa, Brasília, Editora UnB, 3ª edição 1994.

Weber, Max (1921) *The City*. (Tübingen, Mohr, 1952). New York, Free Press [1966].

Weber, Max (1922) *Metodologia das ciências sociais*, 1ª edição 1922, 4ª edição 1973, Tradução de A. Wernet, São Paulo, Cortez Editora, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição 1999.

Weber, Max (1996) *Sociologie des religions*, Textes réunis, traduits et présentés par J.-P. Grossein, Paris, Gallimard, 1re édition 1996.

Williams, Raymond (1961) *The Long Revolution*, 1st edition 1961, London, Pelican, 1st edition 1965.

Williams, Raymond (1977) *Marxism and Literature*, Oxford, Oxford University Press.

Williams, Raymond (1980) *Problems in Materialism and Culture*, 1st edition 1980, London, Verso Editions, 1st edition 1982.

Williams, Raymond (1982) *Cultura*, 1a edição 1982, Tradução de L.L. De Oliveira, Rio de Janeiro, 1a edição 1992.